

IGOR CAVALCANTE DOI

**AS PRÁTICAS CORPORAIS E A IDENTIDADE DOS
IMIGRANTES JAPONESES NO ESTADO DE SÃO
PAULO (1945-1950)**

**CAMPINAS
2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

IGOR CAVALCANTE DOI

**AS PRÁTICAS CORPORAIS E A IDENTIDADE DOS
IMIGRANTES JAPONESES NO ESTADO DE SÃO
PAULO (1945-1950)**

Orientador: Edivaldo Góis Júnior

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Graduação da Faculdade de
Educação Física da Universidade Estadual
de Campinas para a obtenção do título de
Licenciado em Educação Física.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA MONOGRAFIA DEFENDIDA PELO
ALUNO IGOR CAVALCANTE DOI E ORIENTADA
PELO PROF. DR. EDIVALDO GÓIS JÚNIOR.

Assinatura do Orientador

**CAMPINAS
2015**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação Física
Dulce Inês Leocádio dos Santos Augusto - CRB 8/4991

D684p Doi, Igor Cavalcante, 1991-
As práticas corporais e a identidade dos imigrantes japoneses no estado de São Paulo (1945-1950) / Igor Cavalcante Doi. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Edivaldo Góis Júnior.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Práticas corporais. 2. Identidade. 3. Imigrantes japoneses. I. Góis Júnior, Edivaldo. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Bodily practices and identity of Japanese immigrants at state of São Paulo (1945-1950)

Palavras-chave em inglês:

Bodily practices

Identity

Japanese immigration

Titulação: Licenciado

Banca examinadora:

Evelise Amgarten Quitzau

Data de entrega do trabalho definitivo: 24-11-2015

COMISSÃO JULGADORA

EDIVALDO GÓIS JÚNIOR
Orientador

EVELISE AMGARTEN QUITZAU

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que porventura se ocuparem em lê-lo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Poliana, por ter-me incentivado a ler desde a infância;
ao meu pai, Everson, pelo esforço sem intervalos para manter toda a família estudando nas melhores condições possíveis;
ao meu irmão, pelos momentos noturnos de reflexão;
aos amigos, principalmente aos amigos, que tornam os percursos da vida sempre mais aprazíveis;
à minha companheira Ana Cláudia, cuja companhia tem-me alegrado diariamente;
ao meu orientador, Edivaldo, quem me conduziu com paciência e competência para a realização deste trabalho;
à professora Carmem Soares, quem em muito me ajudou na elaboração do projeto de pesquisa;
a Evelise Quitzau, quem se dispôs a ler e contribuir com este trabalho;
ao senhor Shinji “Roberto” Oya, presidente da Associação Okinawa Kenjin de Campinas, que esteve sempre disposto a ajudar com o que pudesse;
à Tatyana Cavalcante e ao Tiago “Sumaré” Tomazi, cujas contribuições foram sensivelmente importantes para que eu alcançasse a universidade.

DOI, Igor Cavalcante. **As práticas corporais e a identidade dos imigrantes japoneses no estado de São Paulo (1945-1950)**. 2015. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

RESUMO

Pode-se observar a cultura segundo diversos interesses, sendo um dos olhares possíveis aquele que se aproxima dos usos do corpo e das suas relações com o modo de vida das populações. Dentro desse segmento, destacamos o interesse por aquilo chamamos de *práticas corporais*. Nessa linha, o presente estudo buscou narrar uma história das práticas corporais dos imigrantes japoneses no Estado São Paulo no pós-guerra através da imprensa brasileira da época, questionando a relação entre as práticas e a identidade desse grupo. Para tanto, foram utilizados como fontes os jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A pesquisa nos possibilitou contar uma história das práticas corporais dos imigrantes japoneses entre 1945 e 1950, embora a sua relação com a identidade do grupo necessite ainda de fontes complementares.

Palavras Chaves: práticas corporais, identidade, imigrantes japoneses.

DOI, Igor Cavalcante. **Bodily practices and identity of Japanese immigrants at state of São Paulo (1945-1950)**. 2015. 75f. Monograph (Graduation in Physical Education) - School of Physical Education. State University of Campinas, Campinas, 2015.

ABSTRACT

Culture can be observed according to various interests, being one possible analysis the one that approaches the body uses and their relation with people's way of life. Thus, we highlight the interest in what we call *bodily practices*. On this line of thought, the present study aimed to narrate a history of the bodily practices of the Japanese immigrants at the state of São Paulo after the second Great War, through the Brazilian press at the time, questioning the relationship between those practices and the identity of that group. For this, we used as source the newspapers provided in the digital collection of the Biblioteca Nacional's archives. The survey allowed us to tell a history of bodily practices of Japanese immigrants between 1945 and 1950, although their relations with the group identity still need complementary data.

Key-words: bodily practices, identity, Japanese immigrants.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACC	Associação Central de Colonização
DEESP	Departamento de Esportes do Estado de São Paulo
FEF	Faculdade de Educação Física
FPN	Federação Paulista de Natação
SP	São Paulo (estado)
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O JAPONÊS NO CONTEXTO DAS IMIGRAÇÕES PARA O BRASIL.....	18
3. AS NAÇÕES, AS RAÇAS E OS JAPONESES NO BRASIL.....	26
4. A IDENTIDADE DOS IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL NO PÓS-GUERRA	40
5. AS PRÁTICAS CORPORAIS DOS IMIGRANTES JAPONESES NA IMPRENSA BRASILEIRA.....	49
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
FONTES.....	74
Fontes de jornais:.....	74
Literatura.....	75

1. INTRODUÇÃO¹

Pode-se observar a cultura segundo diversos interesses, criando-se secções temáticas, como “religião”, “parentesco” e outros. As práticas corporais são de particular interesse quando se pergunta sobre o universo dos usos do corpo. Falar desse segmento temático e, por conseguinte, considerar o corpo como produto de uma construção humana implica aceitar que esse corpo encerra significados e que o gesto (semântico) não pode reduzir-se ao movimento (mecânico). Ademais, é preciso reconhecê-lo como um corpo histórico, situado num tempo e em constante mudança.

Com isso, é possível dizer que as práticas corporais não aparecem no mundo isoladas da cultura em sua totalidade, estando, muito pelo contrário, relacionadas com todo o modo de vida de uma população.

Para o Coletivo de Autores (1992, p. 38), trata-se de um:

acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas.

Um trabalho de imponente importância para pensar as relações entre corpo e cultura foi o ensaio de Marcel Mauss sobre o que ele chamou, em 1938, de *técnicas do corpo* (MAUSS, 2001). Propondo uma compreensão de ser humano que o envolvesse em sua tríplice dimensão – psicológica, biológica e social -, o autor retoma exemplos da vida humana em que os usos do corpo se dão não por um mero acidente da natureza, mas pelo seu envolvimento com a compreensão de cada sociedade sobre como se deve fazê-los. Os atos, sempre considerados “bio-psico-sociológicos”, e dentre eles os usos do corpo, são entendidos como moldados pela autoridade social e para atendê-la, o que faz com que os desvios dessas maneiras mais ou menos rígidas de se comportar corporalmente configurem uma atitude de descortesia ou de deslize. As técnicas do corpo são tradicionais, transmitidas

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

através das gerações, e eficazes (do ponto de vista material ou simbólico), e por isso as crianças as reproduzem dos adultos através de uma “imitação prestigiosa”, valorizando as técnicas daqueles em quem confiam ou que possuem sobre elas alguma autoridade. Em uma sentença, então, temos que as técnicas do corpo são “as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, sabem servir-se de seus corpos” (MAUSS, 2001, p. 401), são hábitos que “variam não simplesmente com os indivíduos e suas imitações, variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios” (MAUSS, 2001, p. 404).

Contudo, apesar de esse ser um trabalho chave para a compreensão das práticas corporais como elementos da cultura, técnicas corporais e práticas corporais não são exatamente sinônimos. Ao propor classificações para as técnicas do corpo, Mauss (2001) desenha categorias de técnicas obstetrícias, aleitamento, sono e vigília e outras que não exatamente se encaixam na ideia de prática corporal tal como ela tem sido usada na Educação Física. Quando se fala em práticas corporais, uma série de outros atos é evocada pelo pensamento: as danças, as lutas, a ginástica, os esportes, etc. Evidentemente, como ficará claro à diante, este não é um trabalho que abrange as técnicas obstetrícias ou de aleitamento. Antes de discorrer brevemente sobre as técnicas de dança, Marcel Mauss (2001) dá uma pequena ponta de linha solta que talvez seja a que devemos puxar: uma menção aos jogos do corpo.

Ao recapitular os usos do termo “práticas corporais” no Brasil, Lazzarotti Filho *et al.* (2010) identificam sua estreia em artigos de periódicos científicos e dissertações ou teses a partir da década de 1990 e notam o crescimento de sua popularidade no início do novo século. A substancial maioria desses usos (92% para os artigos e cerca de 82% para as teses e dissertações) é feita sem uma preocupação com a elaboração do conceito. De modo geral, foi possível observar nos usos do termo aproximações com as ciências humanas e o afastamento das compreensões de corpos entendidas como “biologistas”, distanciando-se, por conseguinte, de termos como “atividade física” ou “exercício físico”, sem, contudo, que houvesse preocupações em construir um consenso em relação ao conceito. A partir disso, Silva (2014, p.14) propôs uma nova conceituação de práticas corporais, compreendendo as seguintes características:

Explicitam-se principalmente no corpo e pelo corpo;
[São c]onstituídas por conjuntos de técnicas disponíveis naquele tempo histórico e organizadas a partir de uma lógica específica;
Foram/são construídas a partir de interações sociais determinadas que lhe conferem um significado coletivo;
São desenvolvidas com determinadas finalidades e significados subjetivos, os quais dialogam com a tradição que as organiza;
Pressupõem determinados objetos para sua realização, sejam eles equipamentos e/ou espaços;
Foram desenvolvidas a partir do tempo livre ou do não trabalho;
Apresentam um componente lúdico e por vezes ritualístico;
Em geral, implicam num grau de dinamicidade, elevando a tensão e movimentação corporal acima do cotidiano e com atributos como agilidade e energia.

Aqui estão os jogos do corpo de Mauss e nossas práticas corporais, cultural e historicamente construídas, realizadas no e pelo corpo, dotadas de significados coletivos, ritualísticas, dinâmicas. Podemos inferir que sua inserção num tempo livre nos remete a uma certa não obrigatoriedade, a uma busca por um arrebatamento improdutivo, que é livre, mas regulamentado com leis internas, aproximando-nos dos jogos e das práticas de lazer. Ao pensarmos as práticas corporais como técnicas do corpo de caráter lúdico, quase ritualístico, podemos vê-las como jogos centrados no corpo ou protagonizados pelo corpo nos momentos de lazer, o que exclui as técnicas corporais laborais, religiosas, marciais, maternas, etc.

No âmbito dessa relação entre corpo e cultura em que se fundam essas práticas, o presente estudo pretende pensar as práticas corporais em sua relação com a identidade de imigrantes, elegendo como sujeitos da pesquisa os imigrantes japoneses no Brasil. Sabe-se que, ao translocar-se em massa para uma região de cultura muito diversa, os imigrantes levam consigo seus hábitos tradicionais. Em muitos casos, fundam associações para a promoção desses hábitos, o que pode incluir, evidentemente, suas práticas corporais. Essas “associações educacionais” se inserem no campo daquilo que nos convém chamar de educação não-formal². É nesse contexto, também, em que os corpos, construtos culturais, são educados³.

² Libâneo (1991) entende a educação em três categorias: formal, não formal e informal. A primeira é dada pela escola e instituições semelhantes; a segunda está em ambientes de lazer e não possui a formalidade da primeira, mas educa de maneira intencional, organizada, planejada; a educação informal acontece no cotidiano, na família, através dos meios de comunicação, sem a intenção expressa de educar, mas educando,

Pode-se citar, como exemplo, o caso da imigração alemã:

Buscando manter essas tradições e esses costumes, os imigrantes alemães fundaram diversas associações educacionais, religiosas, de auxílio e recreativas, onde tinham como objetivo propiciar aos seus descendentes de sangue alemão a oportunidade de crescerem, serem educados e criados conforme as tradições germânicas, dentre as quais podemos destacar a prática da ginástica. (QUITZAU, E.; SOARES, C. L., 2010, p.91)

Visto isso, este trabalho se funda na ideia de que a manutenção das tradições, através da educação não-formal num ambiente de lazer, contribui para a manutenção da identidade dos imigrantes. Aqui, o interesse recai, é claro, sobre a contribuição das práticas corporais e da educação do corpo para a preservação da identidade. Trata-se, portanto, de saber quais foram as práticas consideradas mais significativas para serem promovidas, que tensões se formaram durante essa promoção e quais eram os significados dessas práticas na conservação da cultura e da identidade nipônicas dentro do contexto pós-Guerra, elegendo como período os anos entre 1945 e 1950, que foram palco de uma grande disputa de identidade entre os imigrantes japoneses no Brasil. Enfim, o objetivo principal deste trabalho é compreender as relações entre as práticas corporais e a identidade dos imigrantes no Brasil entre 1945 e 1950, ou seja, logo após a Segunda Guerra Mundial, através da busca e da análise de fontes jornalísticas da época. Objetiva-se, ainda, compreender um pouco da dinâmica das imigrações para o Brasil – assim como, nela, a inserção dos Japoneses -, a história da formação das identidades nacionais e também as tramas que envolveram as identidades japonesa e brasileira no Brasil até a época estudada, a fim de embasar a pesquisa empírica.

Para isso, em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa histórica, que, segundo Marc Bloch (2001) e Antoine Prost (2012), é feita a partir de vestígios. Bloch ressalta que, ao contrário do que pode ser dito, a história não é necessariamente um conhecimento formulado através de um método indireto, pois, a exemplo da arqueologia, é possível que o historiador se defronte diretamente com aquilo que foi feito pelos seres

inevitavelmente. As associações culturais podem, por hipótese, conter os três tipos de educação, mas interessam-nos as atividades educacionais organizadas e orientadas, onde se inserirão as práticas corporais.

³ Para Carmem Soares (2011), a educação dos corpos se dá “por toda realidade que os circunda, por todas as coisas com as quais convivem, pelas relações que se estabelecem em espaços definidos [...]” (p.110).

humanos no passado. Ao invés disso, a particularidade da história é que ela é um conhecimento elaborado através de vestígios deixados pelos homens que se pretende estudar, sendo que a “diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p.79). Com isso, o historiador, devido à dimensão diacrônica da história (PROST, 2012), torna-se refém do passado, daquilo que ele nos deixa conhecer através de seus vestígios. “O passado é seu tirano”, diz Bloch (2001, p.75) a esse respeito.

Na busca por vestígios, o projeto previa que, para elucidar as relações entre práticas corporais e identidade japonesa no Brasil no pós Guerra, seriam utilizados os materiais disponíveis nos arquivos do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. A aparentemente bem combinada visita aos arquivos, contudo, malogrou por força do impedimento do acesso ao acervo e da dificuldade de se fazer a coleta a partir de microfilmes de jornais (único material disponibilizado) que não poderiam ser copiados ou retirados.

A alternativa encontrada foi realizar a coleta de dados na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional Digital. Essa escolha apresentava o risco de uma mudança de perspectiva: daquilo que os imigrantes japoneses diziam sobre si mesmos para o que era dito sobre eles do ponto de vista dos jornais brasileiros. Aceitando o desafio, procedeu-se a coleta de dados.

As palavras chaves usadas para a busca foram: associação japonesa, associações japonesas, sociedade japonesa, sociedades japonesas, karate, karatedo, aikido, hara kiri, butô, associação nipônica, associações nipônicas, sociedade nipônica, sepulku, arte marcial, artes marciais, ninjutsu, japoneses, nipo, judo. Dessas, apenas as três últimas geraram resultados significativos, entendendo que eram significativas as matérias jornalísticas que correspondiam ao período em estudo e que se referiam apenas aos japoneses *no Brasil*, tendo sido deixadas outras matérias que não se enquadrassem nesses critérios. Foram coletados 340 recortes dos jornais *Mundo Esportivo*, *Cine Repórter*, *Moscardo* e *Jornal de Notícias*. A partir da leitura desses recortes, foram selecionados 89 artigos relacionados a práticas corporais, dos quais foram excluídos artigos que não

tratassem diretamente dos japoneses no Brasil⁴. Matérias sobre horários de competições e tabelas de resultados também não nos eram de particular interesse. No final, foram selecionados 25 artigos sobre práticas corporais e japoneses, incluídos por fazerem referência à colônia japonesa e serem representativos do modo como os jornais viam os japoneses pertencentes ao grupo de natação do Japão Peixes Voadores e o seu legado. Posteriormente, este último critério foi revogado, deixando para a análise apenas artigos que mencionassem a colônia, somando 20 artigos, todos eles retirados do *Jornal de Notícias*.

Como auxílio, recorremos também a um inventário de fotografias da imigração japonesa feito pela Associação Okinawa do Brasil (MIYAGI; YAMASHIRO, 2004), onde encontramos fotografias de um grupo de dança do período estudado acompanhadas por sua descrição. Também procuramos por material no Acervo Digital do Museu de Imigração do Estado de São Paulo, com as palavras chaves: japonesa, karate, sumo, judo, jitsu, jiu-jitsu, japoneses, kendo. Nesta busca não conseguimos documentos datados que fossem relevantes. Os documentos transcritos por Miyao e Yamashiro (1992) também forneceram um importante auxílio à pesquisa.

Cabe aqui explicitar as razões que nos levaram ao estabelecimento da periodização utilizada (1945-1950). Sabíamos, desde o início da pesquisa, que houve uma tensão na colônia japonesa com o fim da Segunda Guerra Mundial, pois isto havia-nos advertido Marta (2010), e portanto desejamos fixar 1945, ano da rendição do Japão, como o ponto de partida para a busca das nossas fontes. O encerramento do período em 1950 deu-se em princípio como uma data arbitrária para limitar a coleta de dados. Essa escolha, contudo, pôde ser mantida quando foi percebida, na literatura, a última menção à existência da sociedade secreta Shindo Renmei no mesmo ano. Nossas balizas para a pesquisa são, portanto, de um lado, a rendição do Japão, que, como veremos, trouxe importantes

⁴ Por exemplo: uma matéria dizia que uma competição de natação não se realizara no Pacaembu porque a piscina estava sendo usada por nadadores *japoneses* (outras matérias permitem que os identifiquemos como o grupo de natação conhecido como Peixes Voadores), referindo-se apenas marginalmente a eles. Outra matéria ainda dizia ser mentira que brasileiros gostassem apenas de futebol, citando a recepção feita aos nadadores *japoneses*, mas, dito isso de passagem, era uma matéria sobre “cestobolistas norte-americanos”.

consequências, e, de outro, a última informação que conseguimos sobre atividades da Shindo Renmei em Lucélia-SP através de Miyao e Yamashiro (1992).

A análise dos dados, bem como o estudo da literatura especializada, percorreram quatro etapas. A primeira delas consistiu na compreensão da dinâmica histórica das imigrações para o Brasil e como se inseriram nela os japoneses. Vimos então que a imigração japonesa é fruto de um amadurecimento das políticas imigratórias do século XIX, que envolveram o declínio paulatino da escravidão com as leis abolicionistas, o crescimento das hospedarias e companhias de imigração privadas e comandadas por fazendeiros, uma certa reatividade à presença do negro no Brasil e a novas formas de gerir a imigração do ponto de vista político e econômico. Apenas tendo decorrido isso é que puderam os japoneses chegar no início do século seguinte.

Depois disso, foi preciso estudar a formação das nações e das identidades nacionais, através do trabalho de Benedict Anderson *Comunidades Imaginadas*, ao mesmo tempo em que se conhecia um pouco melhor as questões nacionais no Brasil, a fim de se poder visualizar o “encontro de nacionalidades” resultante da imigração japonesa. Compreendemos que as nações puderam ser imaginadas como comunidades no final do século XVIII em consequência das peregrinações políticas da América colonial e da comunidade de leitura proporcionada pelo capitalismo editorial, substituindo a comunidade religiosa, reorganizando o poder político e comportando um sentimento de tempo que concebe a sucessão histórica das coisas, abandonando a simultaneidade longitudinal da temporalidade medieval. Uma vez consolidada, a nação brasileira pôde então refletir sobre suas características e discutir as origens e os rumos de sua população em termos de meio e de raça, levando os imigrantes japoneses a uma situação ambígua de não-brancos e não-pretos.

O passo seguinte foi, então, recapitular as questões identitárias próprias do período estudado, no qual se verificou que houve conflitos relacionados à identidade nacional japonesa no Brasil. A obsessão pela homogeneidade nacional que crescia a partir dos anos de 1930, somada ao rompimento diplomático do Brasil com os países do Eixo empurraram os imigrantes japoneses para uma situação de desconforto num território que cada vez mais os enxergava como inimigos. Em contrapartida, o sentimento de japonidade

se inflamou, resultando na aparição de sociedades secretas, como a *Kôdôsha* e a *Shindo-Renmei*, e em atentados terroristas contra os próprios patrícios, que, dizia-se, contrariavam o Japão ao produzir matéria prima para a confecção de paraquedas e óleo de arrefecimento para o exército estadunidense (LESSER, 2001; MIYAO, YAMASHIRO, 1992). Quando o Japão perde a Guerra, a descrença em sua derrota acirra os conflitos na colônia. A identidade japonesa ali era marcada pela devoção ao Imperador e ao espírito expansionista japonês.

Por último, recorreu-se às fontes históricas para buscar as relações entre práticas corporais e identidade japonesa no Brasil no pós-Guerra. A princípio, pretendeu-se fazer uma busca no acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, no município São Paulo, mas, como explicaremos, dificuldades no acesso ao arquivo nos levaram à busca por fontes jornalísticas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, o que inevitavelmente redirecionou o foco da pesquisa. Como conclusão, podemos apontar alguns indicativos da plausibilidade da nossa hipótese de que as práticas corporais contribuíram para o fortalecimento da identidade dos imigrantes.

2. O JAPONÊS NO CONTEXTO DAS IMIGRAÇÕES PARA O BRASIL

Eram nove horas e trinta minutos de uma manhã de trabalho e os labutadores do Porto de Santos estavam atentos ao que trazia aquele esmorecer de outono: o navio Kasato-Maru aportava, despejando após as inimagináveis intempéries da viagem marítima 781 japoneses⁵ nesta terra para eles nova. E com isso fez-se daquele dezoito de junho de 1908 a data que inaugurou a imigração japonesa para o Brasil oficialmente, com ambos os governos, brasileiro e japonês, esses tornados amigos por um rastro de tinta num tratado de amizade⁶ treze anos mais cedo, acordados e dispostos a permitir aquele inédito fluxo demográfico.

Era a primeira vez que se via tal contingente de japoneses chegar à América portuguesa, é verdade; mas essa terra, para aqueles recém imigrados nunca vista, já era morada de tantos outros, de nacionalidades diversas, que para cá imigraram de muitos lugares da Europa e outros tantos pontos do globo; também não era a primeira vez que o Brasil via adentrar o seu território pessoas com traços daqueles povos que categorizaram, durante o século anterior, como raça mongólica.

Imigrações já existiam havia um século. A fuga da corte portuguesa, em decorrência da expansão dos domínios napoleônicos, que àquela altura chegavam a Portugal, e a sua instalação no território colonial resultaram na abertura dos portos com um decreto de Dom João VI, quem, tão logo chegou ao seu domínio em além-mar, permitiu a entrada de imigrantes e a eles conferiu o direito à propriedade de terra, direito esse que seria revogado na década de 1850, com a sanção da Lei de Terras (BRASIL, 1850b). Essas permissões, para Kátia Petri (2005), deviam-se a uma necessidade demográfica de povoar estas vastas terras e resultaram, em 1818, na formação do primeiro núcleo colonial, suíço, no estado Rio de Janeiro (PETRI, 2005; CHRYSOSTOMO e VIDAL, 2014). Esses suíços, após oitenta dias de viagem, dormiram na própria embarcação, desautorizados a pisar em terra brasileira antes que se procedesse a inspeção de médicos e autoridades alfandegárias,

⁵ A informação é de Kiyotani e Yamashiro (1992). Em nota de rodapé, os autores expõem suas fontes. Aparece também em Lesser (2001).

⁶ Tratado de Amizade Brasil/Japão, 1895. Aparece no item escrito por Arlinda Rocha Nogueira no primeiro capítulo de SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (1992).

depois da qual puderam passar cinco dias em tendas num povoado próximo e ser transportados até Nova Friburgo. Essa política de espera era a mesma para o comércio de escravos e resultava de debates entre médicos, que intentavam proteger o país da entrada de doenças, e comerciantes, que queriam, o quanto antes, que os negros (ou, nesse caso, os imigrantes) se tornassem um produto comercializável (CHRYSOSTOMO e VIDAL, 2014). Petri (2005) ainda salienta que essa política de povoamento suíço foi, em grande parte, mal sucedida, haja em vista que, além de haver poucos incentivos reais à imigração europeia, as intenções colonizadoras dos monarcas conflitavam com os interesses das elites agrárias, que empurravam os colonos para terras longínquas, sem qualquer auxílio estatal.

Foi a partir de uma transformação econômica na década de 1830, a qual tornou o café, e não mais o açúcar, o principal produtor de capital no Brasil, que se passou a adotar uma política de “parcerias”, segundo a qual aos imigrantes, convidados pelos donos de grandes latifúndios, eram delegados terrenos em que esses deveriam cultivar o café, sobre a venda do qual teriam parte dos lucros (MENDES, 2009). O contrato previa que o patrão custearia a viagem e os primeiros gastos de subsistência, o que geraria ao contratado uma dívida a ser saldada com o próprio labor (MENDES, 2009). Aqui, as intenções de povoar os domínios do Império através de uma política de colonização foram claramente subvalorizados face às necessidades da elite cafeeira, que se concentrava a princípio no estado Rio de Janeiro, expandindo-se mais tarde para São Paulo.

No que diz respeito ao acolhimento dos imigrantes, a década de 1830 parece ser a que aponta as primeiras iniciativas privadas para tanto, com a Companhia de Colonização da Bahia, em 1835, e a Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro, em 1836, que acolhiam e sustentavam os imigrantes até que lhes fossem dados destinos. Grande parte desses colonos já vinha contratada, enquanto outra parcela aguardava. De qualquer forma, seria preciso quitar suas dívidas, em algum momento, com aquilo que “era um misto de alojamento, prisão e hospital de primeiros socorros” para imigrantes brancos e de bons costumes (CHRYSOSTOMO e VIDAL, 2014, p. 198). A década de 1840, por sua vez, testemunha o apoio legislativo para que as províncias investissem em armazéns privados para o recebimento dos estrangeiros, mas, ainda assim, matérias publicadas no *Diário do Rio de Janeiro* denunciavam imigrantes vivendo em navios (*id. ibid.*).

As imigrações naquele momento eram investidas privadas dos latifundiários – em 1847, o senador e proprietário Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que já em 1840 trouxera, para suas próprias terras, uma soma de noventa parceiros portugueses, fundou a Casa Vergueiro e Cia, que engajava europeus nas imigrações para o trabalho na lavoura do café (MENDES, 2009).

Os regimes de parceria não foram harmoniosos, uma vez que os trabalhadores imigrantes viam-se numa condição análoga à escravidão, com um contrato que previa, inclusive, a “transferência” dos *parceiros* a outros empregadores, assemelhando-se à prática de revenda de escravos (MENDES, 2009). Para Chrysostomo e Vidal (2014), os imigrantes possuíam suas especificidades, mas não deixavam de ser vistos como mercadoria. Thomas Davatz, suíço imigrante que liderou uma rebelião de *parceiros* de língua alemã, assim escreveu em suas anotações (publicadas em forma de livro em 1858) sobre o trabalho imigrante na lavoura cafeeira:

Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado, tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade da Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância [...] que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos. (DAVATZ, 1980 *apud* MENDES, 2009, p. 176)

Em 1852, portugueses urbanos da capital do Rio de Janeiro manifestaram-se contra os maus tratos e aliciamentos enganosos que os lusitanos sofriam nas lavouras.

Esses especuladores, verdadeiras feras [...] estabelecem a arbítrio o preço da passagem, e então são os passageiros condenados a um cativeiro sem remédio, são comprados pelo dinheiro. [...] Um tráfico vergonhoso e degradante esse que, para opróbrio da humanidade, se repete frequentemente e com um abuso inqualificável⁷.

Esses abusos foram percebidos por alguns países, de forma que medidas restritivas à emigração para o Brasil foram tomadas na Prússia, em estados alemães, na França (MENDES, 2009) e também na China (LESSER, 2001). A Sociedade Anti-

⁷ PETIÇÃO de José Joaquim d’Amorim e outros, comerciantes estabelecidos no Rio de Janeiro, a José de Vasconcellos e Sousa; Rio de Janeiro, 16.01.1852; LPRJ, correspondência recebida, 1851/1853, caixa 202, maço 3, AHD-MNE, citado por Mendes (2009, p. 177).

Escravidão Britânica e Estrangeira preveniu o governo chinês de que sociedades escravocratas inevitavelmente tratam toda mão de obra como escrava e que, no Brasil, os imigrantes chineses seriam “quase-escravos”, o que afastou os chineses do país. A notícia dessa negação chinesa ao Brasil, pelo jornal *Rio News*, foi recebida com a vergonha de estarmos sendo renegados até mesmo pelos chineses, que eram considerados raça tão inferior (LESSER, *ibid.*).

Antes disso, já na década de 1810, depois que trezentos trabalhadores chineses foram empregados no Jardim Botânico Real no cultivo de chá, alguns desses imigrantes acabaram fugindo e tornando-se vendedores ambulantes e cozinheiros (LESSER, 2001). A caça aos fugitivos com cavalos e cães (*id. ibid.*) aponta para um regime de cativo e um trabalho semiescravo.

A década de 1850, por sua vez, guardou vários acontecimentos importantes para a imigração. O primeiro foi a sanção da Lei Eusébio de Queirós (BRASIL, 1850a), que veio impedir, de forma mais contundente que a lei de 7 novembro de 1831 (BRASIL, 1831)⁸, o tráfico de escravos. As estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), o IBGE, mostram que, no quinquênio de 1831 a 1835, houve uma queda no influxo de africanos: de 250.200, no quinquênio anterior, para 93.700. Esse influxo volta a aumentar no quinquênio seguinte (240.600), para sofrer uma queda muito mais brusca após a Lei Eusébio de Queirós: de 157.500 africanos importados entre 1846 e 1850 para apenas 6.100 entre 1851 e 1855. Esse processo de abolição da escravidão no Brasil, que se dá de forma paulatina, começando, em âmbito legal, em 1831 e culminando na Lei Áurea (BRASIL, 1888), representa também uma mudança no recrutamento de mão de obra, quando fazendeiros vão aos poucos procurando no imigrante um substituto para os negros cativos. Assim, de 1851 a 1860, imigraram 121.747 estrangeiros, contra apenas 18.044 entre todo o período de 1820 a 1850 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E

⁸ Essa Lei intentava libertar todo escravo contrabandeado para os territórios do Império e punir os envolvidos com o tráfico, além de exigir a “reexportação” dos trazidos. Mas parece não ter surtido muito efeito dentro do regime escravocrata brasileiro. Para Salomão (2009), essa ineficácia se deve à abdicação de D. Pedro I, que “agiliza a ocupação do poder político pela classe dos grandes proprietários rurais” (p.209). Essas relações, contudo, ainda precisam ser melhor estudadas, haja em vista que a abdicação ocorreu antes da publicação da Lei. Salomão (*id. ibid.*) ainda afirma que essa lei foi formulada em respeito a um tratado com a Inglaterra em 1827.

ESTATÍSTICA, 2000). Com o tempo, os donos das lavouras parecem ter percebido que o trabalho imigrante poderia sair também mais barato (MENDES, 2009).

Na década de 1840, a imprensa já divulgava matérias contrárias ao tráfico de escravos e favoráveis à colonização – incluindo a colonização “interna”, pela catequização dos povos pré-colombianos (KODAMA, 2008). Em 1850, foi criada, pela agregação de indivíduos de diversas origens (médicos, bacharéis, militares, religiosos e outros), mas, no geral, ligados a projetos liberais, a *Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e a Favor da Civilização dos Indígenas*, que defendia a colonização do Brasil e contrariava o regime escravista do país. O jornal *O Philantropo*, fundado um ano antes, passou a ser o veículo de publicidade das ideias da Sociedade (KODAMA, 2008). O discurso antiescravista dessa sociedade exprimia uma reatividade à presença do africano, com sua moral, suas crenças e seus costumes figurando-se nocivos. Ademais, somavam-se a isso argumentos de ordem econômica, a pressão inglesa, o temor pelas muitas insurreições de escravos e pelas doenças africanas e o desaconselhamento à convivência das raças⁹ (KODAMA, 2008).

Um dos autores participantes do jornal, Burlamarque, enfatizava que os problemas do tráfico de escravos residiam...

na introdução do infame comércio feita pelos portugueses; na insegurança gerada pela entrada de um sem-número de africanos; no atraso econômico que a escravidão suscita; na sua contradição com os preceitos da religião cristã; em sua nociva influência sobre os bons costumes; na má qualificação do trabalho escravo, por ser o cativo ignorante e incapaz; nas vantagens do trabalhador livre; e, por fim, nos entraves que a escravidão cria para a formação de uma nação (KODAMA, 2008, p. 413)

O mesmo Burlamarque considerava que a abolição não deveria fazer-se de repente, mas paulatinamente, pois “[p]ara emancipar os escravos sem seu prejuízo e da sociedade, cumpre fazê-los primeiramente dignos da liberdade, convertendo-os gradualmente de simples máquinas em homens ativos, ilustrados quanto possa ser, e laboriosos” (BURLAMARQUE, 1837, p.95, *apud* KODAMA, 2008, p. 413). Vê-se, contudo, que não foi seguindo esses preceitos que se deu a Lei Áurea, em 1888, pois os

⁹ Segundo KODAMA, 2008, a ideia de raças na primeira metade do século XIX fazia referência a um coletivo de origem comum, tendo sido tomada pelas referências à biologia evolucionista apenas na sua segunda metade.

ideais liberais contribuíram, nessa época, para que o Estado se esquivasse de regulamentar a abolição, desamparando os ex-escravos (MONTEIRO, 2012).

Uma constatação também deve ser feita sobre importância dada à higiene nessa década. Um dos argumentos contrários à entrada de africanos era o de que esses traziam doenças tanto contraídas em sua terra natal como nas insalubres condições dos navios negreiros (KODAMA, 2008). Em decorrência à epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro entre 1849 e 1850 e também devido à epidemia de cólera-morbo, na mesma cidade, em 1855, o Império passou a utilizar-se de ilhas para as quarentenas e, em 1857, a Associação Central de Colonização (ACC) utiliza como “depósito” para seus imigrantes o Convento da Ilha de Bom Jesus (CHRYSOSTOMO e VIDAL, 2014). Segundo Chrysostomo e Vidal (*ibid.*), essa associação, fundada em 1855, “tinha como missão coordenar todo o processo, desde o recrutamento e o transporte (feito exclusivamente em barcos a vapor) até a instalação dos imigrantes nas colônias. Além disso, tinha atribuição de acolher provisoriamente os colonos no momento da chegada no Brasil” (p. 201).

Em 1850, a Lei de Terras (BRASIL, 1850b) impedia que qualquer terra em território brasileiro fosse ocupada de outra forma que não através da compra. Essa lei foi importante para o desenvolvimento das colônias japonesas, que em boa parte se estruturaram através da compra e do loteamento de terras feitos por empresas nipônicas (LESSER, 2001; CARDOSO, 1995). A Lei tanto permitia, em seu artigo 17, a compra de terras por estrangeiros, como admitia, em seu artigo 18, que o governo custeasse a vinda de estrangeiros, observando que isso se faria “tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem” (BRASIL, 1850b, art. 18). A Lei, portanto, dava impulso à criação das hospedarias de imigrantes, no que talvez tenha se apoiado a fundação da ACC e de outras organizações posteriores voltadas a esse fim.

Em 1871, um novo golpe contra a escravidão: é aprovada a Lei do Ventre Livre, que libertava da escravidão os nascidos a partir dessa data. Além disso, essa lei alforriava os filhos das mulheres libertas, proibia os maus tratos às crianças negras, prevendo que as crianças maltratadas fossem acolhidas por associações que se utilizassem

de seu trabalho, mas que também lhe reservassem pecúlio e tratassem de sua inserção na sociedade. Por fim, a Lei também libertava, segundo seu artigo sexto:

§ 1º Os escravos pertencentes á nação, dando-lhes o Governo a ocupação que julgar conveniente.

§ 2º Os escravos dados em usufructo à Corôa.

§ 3º Os escravos das heranças vagas.

§ 4º Os escravos abandonados por seus senhores. Se estes os abandonarem por invalidos, serão obrigados a alimentar-os, salvo o caso de penuria, sendo os alimentos taxados pelo Juiz de Orphãos. (BRASIL, 1871)

Estamos cada vez mais próximos de um momento em que o escravismo se tornará insustentável, conferindo crescente importância à contratação de mão de obra estrangeira. Em 1885, promulgou-se a chamada Lei dos Sexagenários (BRASIL, 1885), que alforriava os escravos com mais de sessenta anos, observando que estes deveriam pagar a seus donos uma indenização de três anos a mais de serviço pela alforria. Segundo essa lei, os senhores ficavam obrigados a cuidar dos alforriados e atribuir a eles serviços de acordo com suas capacidades, a não ser que o ex-escravo optasse por outro meio de subsistência (a “vagabundagem” era vetada veementemente).

Essas investidas contra a escravidão resultaram na percepção da evidente tendência a escasseamento de mão de obra. Para reunir os “braços para a lavoura”, em 1886 foi fundada pela elite agrária de São Paulo a Sociedade Promotora de Imigração (PETRI, 2005, 2009/2010, 2010a, 2010b; SANTOS, 2007), que era um órgão privado que geria verbas públicas para o subsídio das imigrações e obtinham recursos tanto provinciais quanto do governo geral. A preferência pela família se justificava pela consideração de que o trabalhador que se instalasse sozinho seria menos “estável” e mais propenso a deixar o emprego ou a retornar à sua terra natal, enquanto aqueles acompanhados de seus familiares seriam mais seguros, felizes e capazes para o trabalho (SANTOS, 2007). O destino dessas famílias eram principalmente as lavouras de café, que a essa altura tinham imensa importância na economia paulista.

A Promotora sobreviveu até 1895 (para Santos, *op. cit.*, ou até 96, para Petri), mas deixou como legado um modelo de subvenção de imigração, no qual o Estado passa a ter um papel importante de subsídio. É possível ver, nos autores citados, que a Sociedade

Promotora de Imigração cumpriu a sua meta de trazer uma grande quantidade de imigrantes europeus.

Com a proximidade da abolição da escravidão, em 1888, a contratação de mão de obra livre estrangeira decola. Como nos mostram os dados obtidos por Ruth Cardoso (1995), a década de 1880 trouxe a São Paulo 183.505 imigrantes e a década de 1890, pós-abolição, permitiu a entrada de 734.985 pessoas de outras nacionalidades, italianas em sua maioria.

As décadas de 1880 e 1890 também foram marcadas pela criação de núcleos coloniais pelo governo (PETRI, 2005). A conjectura era a de que os imigrantes poderiam ocupar-se de pequenas propriedades nos períodos de entressafras, desonerando os grandes proprietários nessas épocas com esses trabalhadores, ao mesmo passo em que eles (os grandes proprietários) dispunham dessa mão de obra quando lhes conviesse. Inobstante o alto custo, os entraves contratuais (que não davam garantias suficientes aos donos dos latifúndios) e a dificuldade de alocar esses colonos em lugares que atendessem tanto as suas expectativas quanto as da elite cafeeira, esse modelo, chamado de “viveiro”, esteve presente na virada do século, até as duas primeiras décadas dos anos mil e novecentos.

É nesse contexto de políticas de imigração, portanto, que se inicia o século XX. A chamada para embarcar no *Kasato Maru*, assim como tudo aquilo que aguardava os japoneses quando esses desembarcaram, foi fruto de um amadurecimento das políticas migratórias brasileiras ao longo do século anterior. Não foi acidental, ainda, que o Porto de Santos tivesse recebido seus cabelos pretos e pálpebras cerradas, suas crenças e hábitos exóticos; sua chegada era resultado de discussões anteriores. Assim como nos casos das crises que os japoneses viveram em território brasileiro – e que têm profunda importância para este trabalho –, os debates que permitiram a recepção desse novo tipo de companhia entre os brasileiros estavam embebidos nas questões de raça, de identidade nacional e de qualificação para o trabalho.

3. AS NAÇÕES, AS RAÇAS E OS JAPONESES NO BRASIL

É comum, nos dias de hoje, identificarmos os seres humanos por seus países de origem. E é pelo resultado desse nosso modo de classificar as sociedades humanas que se pode dizer que houve um encontro entre “brasileiros” e “japoneses” em 1908, ou dizer que os “japoneses” vieram ao “Brasil”¹⁰. Identificando-nos com uma “nação”, podemos conceber a existência de uma “identidade nacional”.

Cumpra, portanto, para a compreensão desse “encontro de nacionalidades” diversas, estudar com calma o surgimento e o desenvolvimento do nacionalismo e das nações no mundo, utilizando como base a obra de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas* (ANDERSON, 2008).

Para Anderson (*op. cit.*, p.32-4), a nação é

uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.

Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. [...]

Imagina-se a nação *limitada* porque mesmo a maior delas [...] possui fronteiras finitas [...]. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade. [...]

Imagina-se a nação *soberana* porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de origem divina. Amadurecendo numa fase da história humana em que mesmo os adeptos mais fervorosos de qualquer religião universal se defrontavam inevitavelmente com o *pluralismo* vivo dessas religiões e com o alomorfismo entre as pretensões ontológicas e a extensão territorial de cada credo, as nações sonham em ser livres – e, quando sob dominação divina, então diretamente sob Sua égide. A garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado Soberano.

E, por último, ela é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal.

¹⁰ O modo como os seres humanos se dividem e se classificam – e também como dividem e classificam todas as outras coisas – varia na história e entre os diferentes povos. O estudo de Émile Durkheim e Marcel Mauss (2006) nos dá indícios de como alguns povos australianos, por exemplo, se identificam (ou se identificavam) muito mais facilmente com fratrias, clãs e classes matrimoniais do que com “nações”.

Anderson ainda entende a nação como sucessora de dois sistemas culturais que, “no seu apogeu, foram estruturas de referência incontestes, como ocorre atualmente com a nacionalidade” (ANDERSON, 2008, p.39): um é a comunidade religiosa e, o outro, o reino dinástico. Ao falar sobre o primeiro, o autor lembra a importância das línguas sacras em que eram transmitidas as verdades dos grandes sistemas religiosos. A verdade, para o cristianismo medieval, podia apenas ser transmitida pelo latim. De outro lado, “o único acesso à verdade de Alá era por meio dos signos verdadeiros e insubstituíveis do árabe escrito” (ANDERSON, 2008, p.42). O alcance dessas verdades se dava através das populações bilíngues, que poderiam transmiti-las em língua vernácula. Mas, com a descoberta dos “novos mundos” pela Europa, e com a variedade de línguas e culturas observadas em lugares diversos, os estudos linguísticos lentamente horizontalizaram os signos, tornando-os traduzíveis e, portanto, equivalentes. Somada a isso, a ascensão dos vernáculos como línguas oficiais das dinastias também contribuiu para o declínio do latim. Mas o mais importante foi o surgimento do capitalismo editorial, que passou a vender livros em línguas vernáculas.

As línguas vernáculas oficiais eram apenas de uso administrativo e não havia, a princípio, a ideia de se impô-las aos súditos dos reinos. A importância do capitalismo editorial reside no fato de, ao publicar textos em *alguns* vernáculos, ter contribuído para o aparecimento de um novo sentimento de comunidade, pois então muitas pessoas podiam identificar-se pela língua em que liam e, assim, imaginar-se em comunidade. Antes disso, as grandes religiões, enquanto comunidades imaginadas, se fortaleciam das peregrinações (a Roma, a Meca), criando a consciência de que a religião era, de certa forma, compartilhada – e por isso é que se podia *imaginar* os cristãos como uma *comunidade*. A leitura de romances, jornais e outros materiais impressos, que se tornaram acessíveis a partir da vernaculização da língua impressa, gerou uma consciência nova, pois, com isso, os leitores

foram tomando consciência gradual das centenas de milhares, e até milhões, de pessoas dentro daquele campo lingüístico particular, e ao mesmo tempo percebendo que *apenas estas* centenas de milhares, ou milhões, pertenciam a tal campo. Esses companheiros de leitura, aos quais estavam ligados através da letra

impressa, constituíram, na sua invisibilidade visível, secular e particular, o embrião da comunidade nacionalmente imaginada (ANDERSON, 2008, p.80).

Os Estados dinásticos, outro sistema sucedido pelas nações, se caracterizavam pela legitimidade divina do monarca, além de não terem fronteiras bem definidas. Ademais, os soberanos absolutistas governavam sobre populações diversas em termos etnolinguísticos e não se esperava que eles fossem parte das populações que governavam. “Mas, após 1789, foi preciso defender o princípio da legitimidade de modo consciente e vigoroso, e, com isso, a 'monarquia' acabou se tornando um modelo semipadronizado” (ANDERSON, 2008, p. 50). Ademais, como veremos, a peregrinação nos regimes absolutistas foi um fator importante para o surgimento das primeiras nações.

Outro aspecto cuja transformação possibilita o surgimento do nacionalismo é a temporalidade. Enquanto prevalecia, até a aparição do capitalismo tipográfico, um sentimento de uma simultaneidade longitudinal no tempo, que unia passado e futuro num presente instantâneo, o que os romances e jornais trazem é uma noção transversal da simultaneidade, que passa a ser regida pelo relógio e pelo calendário. A essa nova temporalidade, citando Benjamin, Anderson chama *tempo vazio e homogêneo*. Para Anderson (2008, p. 56-7),

A idéia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo é uma analogia exata da idéia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente. Um americano nunca vai conhecer, e nem sequer saber o nome, da imensa maioria de seus 240 milhões de compatriotas. Ele não tem idéia do que estão fazendo a cada momento. Mas tem plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles.

Com isso, a nação é aquilo que surge para reunir, de uma nova maneira, a fraternidade (anteriormente, da comunidade religiosa), o poder (antes dinástico) e o tempo (antes “messiânico” e agora “vazio e homogêneo”), construindo-se sobre a unidade da língua escrita. E as primeiras comunidades que se imaginam como nação são as americanas¹¹.

¹¹ Sobre o Brasil, ainda não sabemos se ele fez ou não parte desse pioneirismo ou como ele se envolveu nesse processo com exatidão, visto que os acontecimentos políticos do início do século XIX marcam uma diferença

O pioneirismo dos nacionalismos americanos deve-se, para Anderson, ao tipo de peregrinação que surge nos impérios euro-americanos, pois as peregrinações, como *jornadas*, no sentido dado pelo antropólogo Victor Turner, são experiências que criam significados. Assim, as peregrinações religiosas favoreciam a imaginação de uma comunidade; da mesma forma, as peregrinações administrativas no absolutismo interligavam pessoas muitas vezes desconhecidas numa noção abstrata do “nós”:

A unificação [absolutista] significava uma intercambialidade intrínseca de homens e documentos. [...] na sua ascensão em espiral, ele [o funcionário do Absolutismo] encontra os colegas de funcionalismo, companheiros de percurso tão ávidos quanto ele, oriundos de lugares e famílias de que mal ouviu falar e certamente espera nunca ter de conhecer. Mas, ao conhecê-los como companheiros de viagem, brota uma consciência de interligação (Por que estamos *nós (...) aqui (...) juntos?*), principalmente quando todos falam uma mesma língua oficial (ANDERSON, 2008, p. 94-5)

Mas, nas Américas, a peregrinação dos crioulos (filhos de europeus, mas nascidos em território ultramarino) não alcançava os mesmos patamares daquelas dos nascidos na Europa. Poucos crioulos atingiram os cargos mais altos da administração colonial e o seu local de nascimento impedia que peregrinassem para a metrópole como funcionários. E, no Império Hispano-americano...

o auge da sua carreira, o centro administrativo mais elevado para o qual ele poderia ser designado, era a capital da unidade administrativa imperial em que ele se encontrava. E no entanto, nessa peregrinação tão limitada, ele encontrava companheiros de viagem e passava a sentir que esse companheirismo se baseava não só naquele trecho específico da peregrinação, e sim na fatalidade comum do nascimento naquele lado do Atlântico. [...] Não havia nada a fazer: ele era *irremediavelmente* crioulo. [...] nascido nas Américas, ele não podia ser um verdadeiro espanhol; *ergo*, nascido na Espanha, o *peninsular* não podia ser um verdadeiro americano (ANDERSON, 2008, p. 97-8).

Somando isso ao surgimento do capitalismo editorial na América Hispânica, e sobretudo do jornal, temos favorecido o surgimento de uma comunidade imaginada dentro de cada território administrativo do Império.

grande entre o domínio lusitano e as conjunturas políticas das outras colônias da América: vinha a Coroa Portuguesa estabelecer-se nos seus domínios americanos, o que não aconteceu com as outras colônias.

[O] que unia, na mesma página, *este* casamento e *aquele* navio, *este* preço e *aquele* bispo era a própria estrutura da administração colonial e do sistema mercantil. Assim, o jornal de Caracas criava muito naturalmente, e até apoliticamente, uma comunidade imaginada entre um conjunto específico de leitores, a quem pertenciam *estes* navios, bispos, noivas e preços. Claro que seria apenas uma questão de tempo até aparecerem os elementos políticos” (ANDERSON, 2008, p.102-3).

O nacionalismo europeu se inicia com o término dos movimentos de independência da América Espanhola, no início do século XIX. Agora, com as línguas vernáculas impressas criando um elo imaginário, sobretudo entre as classes burguesas, podia-se pensá-lo (esse elo) em termos nacionais, uma vez que o nacionalismo americano já fornecia um modelo para ser seguido. Ademais, a Revolução Francesa também dava o exemplo de luta por um ideal de sociedade sem servidão, apoiada por um “século das luzes”¹². Desse modo foi possível começar a pensar as comunidades linguísticas em termos nacionais.

Foi por volta de meados do século XIX que surgiu aquilo que Anderson chamou, lendo Seton-Watson, de “nacionalismo oficial”. Uma vez tendo sido apresentado ao mundo como um novo modelo de comunidade, o nacionalismo pôde ser utilizado, deliberadamente, pelos estados dinásticos que intentavam perpetuar-se no poder. Em meio à efervescência do nacionalismo, adotar uma “nacionalidade” passou a ser a ferramenta pela qual o poder monárquico poderia manter seus domínios. Foi, portanto, uma estratégia reativa aos nacionalismos populares e, nos casos dos impérios, que governavam populações etnolinguisticamente muito diversas, foi como uma forma “de esticar a pele curta e apertada da nação sobre o corpo gigantesco do império” (p.131). Essa adoção de uma “naturalidade” do monarca manteve a estrutura dinástica, mas não sem transformar as relações de poder:

Por um lado, essas novas identificações escoravam legitimidades que, na era do capitalismo, do ceticismo e da ciência, poderiam se apoiar cada vez menos numa suposta sacralidade e na mera antigüidade. Por outro lado, elas apresentavam novos riscos. Se o Kaiser Guilherme II se considerava 'o alemão número um', implicitamente estava reconhecendo que era *um entre muitos da mesma espécie*, que ele tinha uma função representativa e que, portanto, em princípio poderia ser

¹² Para Jean-Jacques Rousseau, a soberania se iguala à vontade geral. Mesmo Hobbes parece ter dito que o soberano “representaria” aqueles que o elegeram (NASCIMENTO, 2012). Essas ideias vão na contramão da legitimação da monarquia pelo seu caráter divino.

um *traidor* dos seus companheiros alemães (algo inconcebível nos dias de glória da dinastia. Traidor de quem ou pelo quê?) (ANDERSON, 2008, p. 130).

Aqui, a nacionalismo oficial japonês nos é de particular interesse. Com a invasão ocidental nos territórios do *bakufu* (o xogunato Tokugawa), e com o desprestígio da casa governante face à fragilidade do “Japão” em defender-se de seus invasores, logo a casa Tokugawa foi subjulgada pelo que conhecemos por oligarquia Meiji. Essa passagem resultou em novas medidas a partir de 1868, para a contenção das invasões: as elites feudais

foram dissolvidas, outorgando a Tóquio o monopólio centralizado dos meios de violência. Em 1872, um decreto imperial determinou a implantação de um programa de alfabetização geral de adultos do sexo masculino. Em 1873, muito antes do Reino Unido, o Japão instaurou o serviço militar obrigatório. Ao mesmo tempo, o regime acabou com a classe privilegiada e legalmente definida dos samurais, numa medida essencial de abertura (lenta) do corpo de oficiais a todos os talentos, e também para se adequar ao novo modelo agora “disponível”, da nação-de-cidadãos. O campesinato foi libertado da sujeição ao sistema feudal do *han*, e a partir daí passou a ser explorado diretamente pelo Estado e por fazendeiros de agricultura comercial. Em 1889, instaurou-se uma Constituição de estilo prussiano, e depois o voto masculino universal (ANDERSON, 2008, p.142-3)

Três fatores colaboraram com o nacionalismo oficial Meiji, sejam eles: a relativa homogeneidade etnico-cultural dos habitantes do território, assim como uma língua escrita padronizada (mesmo que os dialetos falados pudessem ser quase mutuamente incompreensíveis); a antiguidade da casa imperial, assim como sua identidade nipônica; e a ameaça externa. Além disso, no Japão, como nos outros casos de nacionalismo oficial, podia seguir os novos modelos internacionais de nação.

Logo o Japão se transformaria num país expansionista, com grandes êxitos de seu novo exército. Esses êxitos,

todos propagandeados através das escolas e da imprensa, foram de imensa valia para criar a impressão geral de que a oligarquia conservadora era uma representante autêntica da nação, enquanto os japoneses começavam a se imaginar membros dela (ANDERSON, 2008, p.144)

A forte identidade nacional japonesa provocou no Brasil o que ficou conhecido como “vitorismo” japonês após a redenção do Japão em 1945 e, junto com isso, a formação

da Shindô-Renmei, a Liga do Caminho dos Súditos ao Império. Os japoneses não podiam crer que seu país – ou, mais especificamente, seu soberano – pudesse ter perdido a guerra. A proibição das mídias estrangeiras também contribuiu para que aquela maioria de japoneses não alfabetizada em português aqui residente ficasse à mercê dos boatos inverídicos das publicações clandestinas (DEZEM, 2000; LESSER, 2014). Os discursos expansionistas japoneses, por sua vez, provocaram sentimentos de temor entre os brasileiros, em face aos “quistos” étnicos gerados no Brasil por emigrados do Japão (LESSER, 2001). Em suma, o conflito que envolveu toda a comunidade japonesa no pós-guerra estava relacionado com o ser japonês, ou seja, com uma identidade japonesa, vinculada à ideia de invencibilidade do imperador. É daí que se pode dizer que houve um conflito no âmbito das identidades nacionais.

Para compreender melhor essa questão, nos indagamos também sobre a identidade nacional brasileira. Mas pouco na obra de Anderson pode ser encontrado sobre o nacionalismo no Brasil, principalmente porque uma das suas intenções era escrever uma história sobre nacionalismo que evitasse os países “grandes”. A maioria das referências à América portuguesa aparece na forma de “exceto o Brasil”, o que se deve, em grande medida, ao fato de que o domínio português foi o único na América a receber a corte e a passar a abrigar a capital. O trabalho de Renato Ortiz (2006) sugere que a identidade nacional, assim como a identidade étnica, seria criada pelos intelectuais quando esses passam a questioná-la e a discorrer sobre suas características fundamentais. Mas pensamos que o questionamento pressupõe a imaginação de sua existência, o que implica que a nacionalidade precede as reflexões sobre ela mesma. Ao procurar as qualidades do brasileiro, já se *imagina*, pelo menos no seio das camadas letradas, a existência de algo que pode ser reconhecido pelo título de “brasileiro”¹³. Caberia a dúvida: quando teria o capitalismo editorial se difundido no Brasil? E ainda: como se deram as peregrinações administrativas e educacionais nas terras do pau-brasil? Afinal, são essas coisas que, para

¹³ Aqui é preciso lembrar que, para Anderson, a nação é uma comunidade *imaginada* e não *inventada*. Isso marca uma grande divergência com Ortiz. Para aquele, são a língua escrita e as peregrinações que fazem nascer o sentimento nacional, e não uma ação deliberada de um grupo específico. Mesmo os nacionalismos oficiais são reações a nacionalismos populares que surgem nas camadas letradas.

Anderson, possibilitam a uma população imaginar-se como nação. Essas dúvidas ainda persistem.

Entretanto, a reflexão desses intelectuais inevitavelmente contribui para modelar as qualidades da identidade nacional. Quando os intelectuais influentes, no final do século XIX, indicam que as categorias para se pensar o povo são *meio e raça* (ORTIZ, 2006), eles estão assim dando novas cores aos naturais de seu país. Essas reflexões indicam, também, que, apesar de não sermos capazes, ainda, de precisar o momento de surgimento do nacionalismo no Brasil, o final do século já apresentava um Brasil-nação que receberia, no início do século seguinte, os imigrantes do Japão.

Dizer que o meio e a raça são categorias para pensar a população brasileira significa adotar tanto os modelos teóricos raciológicos quanto determinismos geográficos e, tanto uns como outros, uma vez adotados como modelos explicativos para os fenômenos humanos, têm implicações diretas nas políticas de imigração.

Determinismos geográficos implicam um entendimento de que o clima, o solo, a flora e a fauna influenciam de maneira irremediável o comportamento dos homens. Assim,

O nordestino só é forte na medida em que se insere num meio inóspito ao florescimento da civilização europeia. Suas deficiências provêm certamente desse descompasso em relação ao mundo ocidental, sua força reside na aventura de domesticação da caatinga. Procura-se dessa forma descobrir os defeitos e as vicissitudes do homem brasileiro (ou da sub-raça nordestina) vinculando-os necessariamente às dificuldades ou facilidades que teria encontrado junto ao meio ambiente que o circunda (ORTIZ, 2006, p.18)

Em 1906, Marcel Mauss (2003), em seu *Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós*, rebatia as verdades da “antropogeografia”, que tendiam a atribuir ao clima os deslocamentos sazonais das sociedades esquimós, dando exemplos de povos com climas parecidos e costumes e mobilidade muito diferentes daqueles. Seu esforço era feito no sentido de demonstrar que o social (e a morfologia social) não se reduz ao

geográfico¹⁴. Mas o pensamento sobre o Brasil no final do século XIX indicava que os ventos alísios estavam em muito vinculados ao “atraso” brasileiro (ORTIZ, 2006).

A literatura desse final de século também incorporava esse pensamento, o que pode ser entrevisto no romance naturalista *O Cortiço* de Aluísio Azevedo (2001), no qual Jerônimo, imigrante português, ao radicar-se no Brasil, adquire características entendidas como brasileiras, sobretudo a preguiça e a vagabundagem. Quando sua esposa se vê por ele abandonada, em função de sua união com Rita Baiana, amaldiçoa o sol e o clima do país a que vieram, culpando-os por suas mazelas.

O meio, apenas, todavia, não podia explicar tudo, e vem somar-se a ele o elemento “raça”. O pensamento raciológico deriva do encontro da Europa com outras etnias em decorrência das grandes navegações modernas. Num primeiro momento, em que se questionava sobre a humanidade dos “bárbaros” ou “selvagens” encontrados no século XVI, os discursos variavam entre o repúdio e a fascinação. Já no século XVIII, passou-se a chamar as populações não europeias não mais de selvagens, mas de *primitivas*, o que decorria de um novo pensamento: o de que as sociedades se encontravam em diferentes estágios de evolução. Não mais se questionava sobre a humanidade dos povos – esta já estava afirmada -, mas sobre o quão desenvolvidas elas eram.

Existe uma espécie humana idêntica, mas que se desenvolve (tanto em suas formas tecnoeconômicas como nos seus aspectos sociais e culturais) em ritmos desiguais, de acordo com as populações, passando pelas mesmas etapas, para alcançar o nível final que é o da “civilização” [europeia] (LAPLANTINE, 2007, p. 65).

Os pensamentos eugenistas sobre raça, que entendiam que as diferentes raças podiam ser classificadas desde um nível considerado o mais primitivo até o mais evoluído, foram importantes no debate sobre a introdução dos japoneses no Brasil, principalmente porque era através da imigração que se pretendia “melhorar a raça” brasileira. Além de uma contratação de mão de obra, as políticas de imigração eram também uma ação para o “branqueamento” da nação. E era a partir desse branqueamento que se pretendia melhorar o

¹⁴ Essa discussão não está encerrada. Contra a assertiva de Franz Boas de que “cultura vem de cultura”, Walter Neves (2002) recapitula a literatura antropológica que busca as influências do meio na cultura.

brasileiro e construir a nação do futuro. Não obstante os problemas relativos ao meio, poder-se-ia criar “um Brasil melhor” através do estabelecimento de uma grande quantidade de colonos brancos (LESSER, 2001; 2014).

Mas ocorreu que, em algum momento, começou-se a perceber que não era tão fácil lidar com os imigrantes europeus, que, como vimos anteriormente, não suportavam a vida de semiescravidão oferecida pelos fazendeiros, e por esse motivo começou-se a pensar na contratação de mão de obra não-europeia.

Havia um problema, contudo. Os trabalhadores assalariados europeus não eram nem economicamente baratos nem socialmente servis. Logo um novo e perfeito grupo foi descoberto. Eles vinham da Ásia longínqua, um lugar onde poucos haviam estado, mas que todos conheciam (LESSER, 2001, p.32).

As discussões sobre a raça mongólica parecem ter começado com os chineses, por volta de meados do século XIX, quando já se antevia o possível fim da escravidão. Como afirma Lesser (2001, p.29-30), alguns estudiosos analisaram o pensamento do século XIX nos termos da

teoria do triângulo sobre a sociedade brasileira: uma 'civilização' criada a partir da 'colisão de três raças': africanos (pretos), brancos (europeus) e índios (nativos), onde a mistura dos povos que se encontravam dentro da área demarcada pelos limites do triângulo criou infinitas possibilidades genéticas. [...] e muitos acadêmicos supuseram ou sugeriram que qualquer pessoa que não tenha ascendência africana ou indígena encaixaria, por definição, na categoria 'branco'.

O massacre aos índios (pelo governo ou pelas doenças) reduziria esse modelo a uma dualidade preto/branco, e para o pensamento raciológico do século XIX, o negro estaria no patamar mais baixo na escala evolutiva, em oposição ao branco, nos patamares mais altos. Mas, se, por um lado, os asiáticos não eram negros, também não eram brancos, e as discussões ora tendiam a dizer que os chineses contribuiriam para o branqueamento brasileiro, porque não eram negros, ora diziam que, não sendo brancos, denegririam os costumes do Brasil (LESSER, 2001). Algumas tentativas de buscar a influência do meio diziam que os chineses “melhorariam” em meio aos brasileiros, e que certamente havia diferenças entre os chineses de diferentes lugares da China. Alguns racialistas ainda tentaram enquadrar os mongóis e os americanos pré-colombianos na mesma categoria de

raça, insinuando que a raça mongólica rapidamente desapareceria no Brasil e que, portanto, não haveria motivos para preocupações – mas também se disse que isso os tornava mais brasileiros, o que, para Lesser (2001., p. 184), consistia em “torcer as teorias eugênicas contra si próprias”. O fato é que, querendo sempre uma sociedade mais “europeizada”, a elite brasileira entendia que os asiáticos eram um problema a ser debatido.

Compreendendo um pouco a discussão racial no Brasil, e também tentando cumprir com o desejo do governo japonês de fomentar a emigração, em decorrência do excedente populacional no Japão, Sho Nemoto, um enviado especial para tratar de assuntos de migração japonesa para o Brasil, ao desembarcar trajando roupas ocidentais, comunicou a elite brasileira de que os japoneses eram os “brancos da Ásia” (LESSER, 2001). Essa transformação do asiático em branco era uma das estratégias para a justificação de sua presença no território nacional brasileiro. Outro discurso favorável aos japoneses relacionava sua presença ao desenvolvimento econômico de outros países. Além disso, o Japão ter-se transformado numa grande potência - e somando a sua assimilação de vários aspectos da cultura europeia - melhorava a imagem dos japoneses entre os brasileiros (LESSER, 2001). “O discurso brasileiro sobre a imigração japonesa combinava, portanto, o medo social da ‘mongolização’ e o desejo de imitar o desenvolvimento econômico do Japão” (LESSER, 2001, p.159).

Mas sabe-se que, no primeiro momento, os japoneses não foram a docilidade e a disciplina que se esperava. “[D]os aproximadamente 780 imigrantes enviados a seis diferentes fazendas em junho de 1908, apenas 358 nelas permaneciam, ao fim de janeiro de 1909. Nove meses depois, esse número havia caído para 191” (LESSER, 2001, p.164). Intentando solucionar problemas trabalhistas, empresas japonesas começaram a comprar terras brasileiras, loteá-las e vendê-las aos emigrantes, formando assim as colônias japonesas. “Para os japoneses, colônias estatais¹⁵ significavam o fim das dores de cabeça com os fazendeiros brasileiros, bem como a oportunidade de centrar-se na colonização e na produção, em áreas onde os lucros iriam para os próprios imigrantes” (LESSER, 2001, p.165). Com o tempo, a imagem dos japoneses melhorou, pois era possível reconhecer a

¹⁵ Aqui, “estatais” pode gerar alguma confusão. No texto de Lesser (2001), o Estado de São Paulo teria facilitado, de algum modo, o loteamento pelas empresas japonesas.

sua alta produtividade. A ascensão social dos nipo-brasileiros ao longo de sua permanência até 1958 (CARSOSO, 1995) provavelmente também não passou despercebida.

Mas houve um problema entre os japoneses: a sua dificuldade de “assimilação”. Constituído como uma nação, o Brasil exigia dos imigrantes a assimilação, ou seja, que esses imigrantes se tornassem brasileiros, donde o surgimento das identidades hífenizadas (teuto-brasileiras, sino-brasileiras, nipo-brasileiras, etc). Mas o japonês foi muitas vezes visto como inassimilável. Ao contrário, via-se a formação de “quistos” étnicos, e as discussões a esse respeito se intensificam após 1920. (LESSER, 2001). Para Miguel Bartolomé (1994), o conflito entre Estado e agrupamentos de minorias étnicas deve ser entendido como parte da natureza do próprio Estado nacional:

A inserção das minorias étnicas no seio das formações estatais resulta sempre conflitiva, posto que os estados se comportam como formas altamente coercitivas de organização socioestrutural, que tendem a inibir a vigência de qualquer tipo de unidade diferenciada dentro de seu âmbito de controle. [...] os agrupamentos étnicos são percebidos como intermediários entre o indivíduo e o Estado, já que geram anexos quizá mais totalizadores que a filiação estatal. É por isto que os estados advertem neles um severo risco para sua hegemonia, que é tradicionalmente assumida como parte integral de uma definição política unitária (BARTOLOMÉ, 1994, p.27, tradução minha)¹⁶.

Esse quadro se agravava com o medo do expansionismo japonês, muitas vezes gerando a ideia de que a presença japonesa no Brasil pudesse fazer parte de um projeto imperialista. Mesmo assim, Para cada personalidade contrária à imigração japonesa, havia uma favorável. Empresários pagariam o preço da não assimilação em prol das relações comerciais. Também estava presente o elogio ao trabalho do japonês, à sua disciplina e seu asseio, assim como ataques ao pensamento racista (LESSER, 2001).

Para Lesser (2001), a assimilação raramente (talvez nunca) ocorreu; o que houve entre os imigrantes foi uma situação de aculturação, ou seja, de uma modificação de alguns aspectos da cultura, sem que se perdesse a origem. A “integração” também foi uma

¹⁶ “La inserción de las minorías étnicas en el seno de las formaciones estatales resulta siempre conflictiva, puesto que los estados se comportan como formas altamente coercitivas de organización socio-estructural, que tienden a inhibir la vigencia de cualquier tipo de unidade diferenciada dentro de su ámbito de control. (...) las agrupaciones étnicas son percibidas como intermediarias entre el individuo y el estado, ya que generan adscripciones quzás más totalizadoras que la filiación estatal. Es por esto que los estados advierten en ellas un severo riesgo para su hegemonía, la que es tradicionalmente asumida como parte integral de una definición política unitaria”.

realidade, conforme os japoneses se urbanizaram e dispersaram a colônia, que representava uma associação de ajuda mútua que por vezes dispensava outros contatos (CARDOSO, 1995). Dessa forma, alguns grupos de filhos de japoneses, os *nissei*, puderam começar a construir uma identidade hifenizada, a nipo-brasileira. Os jornais produzidos pelos imigrantes parecem ter sido uma grande contribuição nesse ponto, à semelhança do que fizeram à identidade nacional:

A etnia nipo-brasileira surgiu a partir desses jornais, de duas maneiras. Em primeiro lugar, eles frequentemente incluíam informações tiradas de jornais brasileiros, que não chegavam ao interior, abrindo uma janela para a vida da maioria que, de outro modo, não estaria acessível. Os jornais, além disso, ofereciam espaço para formas culturais específicas da vida dos imigrantes no Brasil (LESSER, 2001, p. 168).

Como pudemos ver, a partir de uma literatura especializada, a vinda de japoneses para o Brasil, no início do século XX, resulta de um processo de amadurecimento das políticas imigratórias ao longo do século XIX que está ligado ao declínio da escravidão e a grupos liberais. O encontro de “japoneses” e “brasileiros” só foi possível porque havia surgido – para o Brasil, em tempo indeterminado e, para o Japão, na segunda metade do século XIX -, identidades nacionais, o que foi fruto de uma trajetória histórica que envolveu peregrinações e o desenvolvimento do capitalismo editorial para reunir a fraternidade, o poder e o tempo numa nova forma de comunidade imaginada: a nação. A invenção, por assim dizer, das qualidades da população nacional brasileira, que se baseavam nos aspectos *meio e raça*, permitiram a existência de um projeto de nação futura branqueada e, portanto, melhor. E é nesses termos que é discutida a presença dos asiáticos no território nacional: questionando-se se eles eram brancos ou não-brancos, ou se sua raça poderia contribuir com a melhoria da nação. Quando os japoneses aqui se estabeleceram, e principalmente depois de se estabelecerem em colônias, puderam demonstrar a sua capacidade para produzir, o que, associado à nova respeitabilidade do Japão Meiji, contribuiu para a melhoria da imagem desses imigrantes. Mas o Estado nacional ainda se preocupava com a sua assimilação, ou seja, em torná-los brasileiros, pois as aglomerações étnicas representam uma ameaça à hegemonia desse novo tipo de Estado. O máximo que se pôde conseguir, contudo, talvez tenham sido a aculturação (transformação de alguns hábitos) e a integração

(inserção dispersa na sociedade urbana), criando por fim uma “identidade hifienizada” (LESSER, 2001).

Vimos também que foi o sentimento de identidade nacional que gerou uma das maiores conturbações na imigração japonesa (e talvez em todas as imigrações para o Brasil): o surgimento da sociedade Shindô-Renmei para a exaltação da identidade japonesa, com a presença do grupo Tokkô-Tai, que foi autor de atitudes terroristas contra os japoneses mais esclarecidos, que ousavam dizer que o Japão havia perdido a Segunda Guerra e se rendido. Resta-nos, compreender como essas manifestações na dinâmica da cultura, influenciavam ou não as práticas corporais dos imigrantes japoneses observadas na imprensa brasileira.

4. A IDENTIDADE DOS IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL NO PÓS-GUERRA

Mesmo que tenha surgido, ao longo do tempo de permanência dos japoneses no Brasil, uma identidade nipo-brasileira, principalmente entre os *nisseis* (segunda geração, filhos dos imigrantes)¹⁷, o período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial testemunhou a presença de um forte sentimento de identidade nipônica no território brasileiro, evidenciado, entre outras coisas, pelo desejo presente na colônia japonesa de “repatriamento” (MIYAO; YAMASHIRO, 1992). Mas, para compreender essa intensa sensação de japonidade entre os imigrantes, é necessário buscar os processos do seu desenvolvimento no primeiro e extenso governo de Getúlio Vargas e no envolvimento do Brasil e do Japão na Segunda Guerra.

Se pudemos notar a presença da ideia de nação no Brasil quando da chegada dos japoneses em 1908, é forçoso admitir nos anos de 1930 e 1940¹⁸, sobretudo a partir da instauração do Estado Novo, constituiu-se como uma fase de acentuação do sentimento nacional e de uma política nacionalista de Estado. E, no que se refere às políticas imigratórias, a questão da raça não é mais a única a ter importância: surge a questão da unidade nacional. Não que as duas coisas estivessem totalmente desligadas – na verdade, a unidade nacional era também uma unidade racial, branca, e daí a ideia da necessidade de “caldeamento” (ou mestiçagem), tratada por Seyferth (1999).

Como vimos acima com Bartolomé (1994), o Estado nacional tende a expurgar minorias étnicas que comprometem a sua homogeneidade. A existência de subgrupos étnicos que se interpõem entre Estado e indivíduo ameaçam a unidade da nação. O sentimento nacional nos anos de 1930 e 1940, tinha que lidar com os “quistos” étnicos gerados pela política de imigração da República Velha. Em vista disso, a discussão sobre a

¹⁷ Uma entidade responsável pela afirmação da brasilidade dos *nisseis* era a Liga Estudantina Nipo-Brasileira, fundada em 1935. Ver Lesser, 2001, p. 221.

¹⁸ O primeiro governo de Getúlio dura 15 anos, desde que recebe a cadeira do presidente deposto Washington Luiz até ser ele mesmo deposto em 1945, tendo sido eleito por votações indiretas em 1934 e dado um golpe de Estado em 1937, instaurando o Estado Novo. O segundo período Vargas se inicia em 1951, quando ele se elege por eleições diretas, e termina em 1954, quando comete suicídio (SKIDMORE, 2010).

presença dos japoneses no país era de urgente importância, pois o expansionismo japonês alarmava políticos de orientação antinipônica com a conjectura de que a migração dos japoneses para o Brasil era uma artimanha que, de alguma forma, expandiria os domínios japoneses para cá. A imigração japonesa era, assim, tida como um perigo terrível para a integridade nacional (LESSER, 2001).

A consequência foi uma emenda constitucional de 1934, que, com o objetivo maior de limitar a entrada de japoneses e outros não-latinos indesejáveis no Brasil (LESSER, 2001; SEYFERTH, 1999), estipulou que, a cada ano, poderia imigrar, para cada nacionalidade, apenas a quantidade de 2% do total de indivíduos da mesma nacionalidade fixados no país nos últimos 50 anos. Como os japoneses haviam iniciado oficialmente suas viagens ao Brasil apenas 26 anos antes, e apenas na última década imigraram em grandes quantidades, o influxo permitido de nipônicos por ano seria reduzido a números sensivelmente pequenos com a nova emenda. Miguel Couto, membro da Constituinte declaradamente contrário à imigração japonesa desde a década anterior, foi quem presidiu, a partir de 1932, a comissão que avaliava a legislação imigratória brasileira; em 1934, um colunista do *Jornal do Comércio* pedia à Assembleia Constituinte que aprovasse o regime de cotas para barrar a entrada dos nipônicos (HATANAKA, 2002).

Quando é redigida uma nova constituição, na ocasião do golpe dado por Vargas em 1937, o regime de cotas permanece (HATANAKA, 2002). Agora, contudo, vai somar-se às perseguições racistas um projeto nacionalista mais intenso, com uma cruzada nacionalizadora para o abasileiramento dos imigrantes e a dissolução de toda forma de agrupamento que ameace perpetuar costumes estranhos aos brasileiros dentro do território nacional. Nascer dentro do território não era o bastante para ser brasileiro, sobretudo quando se era educado, pela família e pela comunidade, nos costumes e línguas tradicionais dos imigrantes. A nacionalização da escola, portanto, passou a ser imprescindível e, entre 1938 e 1939, muitas escolas “tiveram que encerrar as suas atividades porque não cumpriam as principais exigências contidas na nova legislação” (SEYFERTH, 1999, p. 220), como ter nomes e diretores brasileiros, ter aulas ministradas apenas em português (com o aprendizado de idioma estrangeiro liberado apenas após os 14 anos) e incluir disciplinas de história e geografia do Brasil, educação moral e cívica e educação física (SEYFERTH,

1999). Ainda que isso tivesse resultado no fechamento de centenas de escolas, um general dizia, ao tratar da imigração alemã, que preferia criar ignorantes a traidores¹⁹.

Mas o ensino não foi o único afetado pela campanha: um decreto logo determinou que as colônias não deveriam incluir mais de 25% de cada nacionalidade em sua composição, além de ser composta com, no mínimo, 30% de brasileiros (SEYFERTH, 1999; HATANAKA, 2002; LESSER, 2001). Outra medida importante foi a proibição do uso de língua estrangeira em público, incluindo rituais religiosos. Essas restrições tinham influência de estudos estadunidenses que concebiam a língua como “Uma fronteira cultural impeditiva da integração dos imigrantes”, além de considerar que a “língua vernácula, por outro lado, é um dos sustentáculos da identidade nacional na construção simbólica do nacionalismo, juntamente com a unidade cultural” (SEYFERTH, 1999, p. 218). Pelo menos entre os imigrantes alemães, no sul do país, sabemos que houve prisões motivadas por uso público de língua estrangeira (SEYFERTH, 1997)²⁰.

Frente a essa campanha de homogeneização, alguns nisseis (filhos de imigrantes japoneses) responderam reafirmando sua brasilidade, principalmente através de um novo jornal da Liga Estudantina Nipo-Brasileira, o *Transição*, cujo título fazia referência a uma identidade hifenizada (LESSER, 2001). Os imigrantes de primeira geração, segundo Lesser (2001), pareceram não ter reagido de nenhuma maneira notável, ainda alimentando a sua intenção de regresso demonstrada nas canções de regresso cantadas nos navios que os trouxeram. Em 1939, uma pesquisa mostrou que 85% da colônia japonesa de Bauru gostariam de regressar ao Japão, contra apenas 10% que queriam permanência definitiva no Brasil (MIYAO; YAMASHIRO, 1992). Não podemos avaliar se essa intenção de retorno foi reforçada pelas políticas nacionalistas ou se era apenas uma conservação daquela intenção inicial, mas parece plausível a conjectura de que a identidade japonesa prevalecia, contra a tentativa da inculcação de uma identidade nacional brasileira.

Em janeiro de 1942, o Brasil rompe relações diplomáticas com os países do Eixo (KOIFMAN; ODA, 2013), agravando ainda mais a preocupação dos nacionalistas em

¹⁹ Trata-se do general Bethlem. Ver Seyferth, 1997, p. 108.

²⁰ A autora faz um estudo sobre o Vale do Itajaí, centralizando os imigrantes alemães, mas não deixa claro se as prisões a que se refere aconteceram apenas entre os imigrantes de seu interesse.

relação aos “quistos” japoneses e alemães. Os primeiros eram vigiados com a desconfiança de que tramavam planos sob o comando do exército japonês; tornavam-se potenciais inimigos internos. Para Lesser (2001, p.238-40), houve com isso uma inflação do sentimento de japonidade, pois “as tensões sociais e étnicas criadas pelas atitudes antijaponesas levaram alguns integrantes da comunidade japonesa e nikkei a reagir contra a ordem pública, tornando-se cada vez mais ‘japoneses’” e foi então que a “tensão social levou ao surgimento de uma série de sociedades secretas, cujo nacionalismo ultrajaponês mesclava-se ao desejo de reforçar o espaço da identidade nipo-brasileira”. A partir de então, começam a ser registrados casos de “sabotagem” contra imigrantes japoneses que produziam seda e menta, pois se dizia que o primeiro produto era vendido para a fabricação de paraquedas para os Estados Unidos, enquanto o segundo serviria para produzir óleo de arrefecimento para máquinas aliadas (LESSER, 2001; MIYAO, YAMASHIRO, 1992).

A *Kôdôsha*, que Miyao e Yamashiro (1992) entendem como precursora da Shindo Renmei, foi uma dessas sociedades secretas. Ela se baseava no que ficou conhecido como “Espírito Kikkawa”, fundado num manuscrito de Junji Kikkawa, em que o autor defendia que os filhos de imigrantes japoneses fossem educados para serem nacionalistas, que se sacrificassem pelo Japão e pelo Imperador, e ainda criticava a atitude apática de alguns imigrantes em relação à sua nação, assim como a degenerescência moral que ocorria entre os patrícios no Brasil.

Em maio 1945, o Brasil declarou guerra ao Japão (BRASIL, 1945), três anos depois de ter declarado guerra à Alemanha e à Itália (KOIFMAN; ODA, 2013). Em agosto do mesmo ano, após ter sofrido os duros golpes das bombas atômicas, o Japão rendeu-se e a notícia de sua rendição agravou ainda mais os conflitos dentro da colônia, pois apenas uma pequena parte dos imigrantes aceitou a informação. Dezem (2000) atribui esse acirramento às interdições na comunicação entre os imigrantes e o mundo, decorrentes da proibição da publicação de jornais em língua estrangeira e da captação de radiofrequência internacional. Desse modo, os imigrantes - a maioria deles ainda não acostumada com a língua portuguesa - teriam ficado ao sabor dos boatos propagados por patrícios inescrupulosos, esta situação tendo gerado uma consciência “vitorista” naqueles que não criam que o Japão havia mesmo se rendido. Sem duvidar dessa colocação, é preciso entender que todo o problema está

relacionado, em primeiro lugar, com aquilo que definia o “ser japonês” em território brasileiro. A crença na não-derrota do Japão resultava de caminhos lógicos percorridos a partir daquilo que os imigrantes sabiam ser verdade: que o Imperador era divino e, o Japão, invencível. Como foi possível observar em documentos mostrados por Miyao e Yamashiro (1992), o descrédito da notícia da derrota foi amparado por raciocínios compreensíveis. Masao Hashiura, que se considerava, em meio à oposição “vitorista”/“derrotista”, um “moderado”, ao ouvir clandestinamente uma transmissão de rádio supostamente feita do Japão, considera o seguinte: a transmissão não poderia ter sido feita do Departamento da Ásia Oriental, como era dito, se o Japão tivesse sido derrotado, pois esse departamento teria sido extinto, caso isso acontecesse; ademais, a boa captação da transmissão nesse dia, comparada à turvada transmissão do dia anterior, fê-lo pensar que talvez aquela pudesse nem ter sido feita do Japão, mas dos Estados Unidos, que teria algum interesse em desmoralizar o Japão entre os imigrantes. Depois de tantas intempéries causadas pela campanha nacionalista e de terem sido considerados inimigos internos por conta da guerra, a hipótese era razoável, principalmente se levarmos em conta que uma informação que contradiga as verdades mais sólidas de um grupo não pode ser aceita sem questionamento. E a revolução Meiji contribuiu para que crescessem no Japão cidadãos patriotas, crentes na invencibilidade do Imperador (MIYAO; YAMASHIRO, 1992). Mais do que isso: a identidade nacional japonesa no Brasil estava intimamente ligada com a veneração ao Imperador, como mostra o seguinte documento da Shindo Renmei:

Pela minha convicção pessoal, o Império existe porque existe S. M. O Imperador e não o contrário, o Imperador existe porque existe o Império Japonês. Mesmo que reste o território nacional, um território sem o Imperador não pode ser chamado de Japão²¹.

Qualquer demonstração de indiferença em relação à pátria e ao Imperador, como no caso dos produtores de seda e menta, e também entre os japoneses esclarecidos ou “derrotistas”, furtava do imigrante japonês o seu direito de ser japonês, pois ser japonês era ser súdito do Imperador e compartilhar o espírito expansionista do *Hakkô Ichiu* (O Mundo sob um Teto). Assim, os “derrotistas”, para a sociedade secreta Shindo Renmei, “são

²¹ Representação da Shindo Renmei, do Museu de Imigração, transcrita por Miyao e Yamashiro, 1992, p. 286.

inferiores aos italianos, na verdade **não são nipônicos** e sim pessoas pertencentes a países inimigos. São traidores da pátria”²².

Por isso, o caso do vitorismo japonês no Brasil, uma vez que se apoiou em condições férteis para ganhar força, consoa com aquilo que já nos disse Marc Bloch (2001, p. 107): “para que o erro de uma testemunha torne-se o de muitos homens, para que uma observação malfeita se metamorfoseie em falso rumor, é preciso também que a situação da sociedade favoreça essa difusão”.

O escândalo das sociedades secretas, das quais a maior e mais conhecida foi a Shindo Renmei (que contou com mais de cento e quinze mil associados²³), teve início em 1943, “quando um juiz da Segurança Nacional ordenou a prisão de um grupo da cidade de Bastos, acusado de subversão” (LESSER, 2001, p.238); um galpão de bicho da seda é incendiado em 1944 (DEZEM, 2000); e assassinatos a “derrotistas” iniciaram-se em março de 1946 (DEZEM, 2000; MIYAO e YAMASHIRO, 1992). Para aqueles que perderam o direito de ser japoneses, o *haraquiri*, prática de suicídio, era a única forma de um traidor recuperar um pouco de sua honra – daí os bilhetes exigindo que os traidores lavassem o pescoço, purificando o corpo e a alma à espera do ritual²⁴ (MIYAO; YAMASHIRO, 1992).

É possível entender essas sociedades como parte de uma tendência associativista existente entre os imigrantes japoneses. Ao observar as associações japonesas no Brasil, Ruth Cardoso (1995) sugere que elas tenham sido possíveis graças a uma herança das associações familiares do Japão rural. Para a autora, a estrutura do parentesco acostumara os japoneses a viver em função do nome da família e da comunidade, colocando as ações individuais sob o domínio de uma ética corporativa que seria mantida no funcionamento da colônia e das cooperativas agrícolas. A presença dessa ética, que determina que no conflito entre desejo pessoal e bem coletivo o primeiro deve estar

²² Representação da Shindo Renmei, do Museu de Imigração, transcrita por Miyao e Yamashiro, 1992, p.287. Negritos meus.

²³ Segundo os dados de Vieira (1973, p. 255) *apud* Dezem (2000, p.75), 101.350 imigrantes associados estavam distribuídos pela frente de expansão agrícola do Estado de São Paulo e norte do Paraná, totalizando 87,8% do total de associados. Pelas contas, o total supera o número de cento e quinze mil.

²⁴ Segundo Marta (2010), o ritual consiste num gesto de apunhalar o próprio abdome, terminando com um espadachim decepando-lhe a cabeça. Os assassinatos foram feitos, contudo, a tiros (MIYAO; YAMASHIRO, 1992)

submisso ao segundo, pode ser observada no Juramento do Patrulheiro da *Kôdôsha*, escrito por Seiichi Tomari, que também foi diretor da Shindo Renmei:

1. Agiremos de acordo com os propósitos da *Kôdôsha*, com base no Espírito do Caminho Imperial.
 2. Mesmo que aconteça uma crise na *Kôdôsha*, os seus membros executarão os objetivos até o último sobrevivente.
 3. O ingresso de um novo membro será feito mediante aprovação da maioria dos companheiros.
 4. Na ação, obedecer rigorosamente às ordens superiores.
 5. Cada um deve expor sem acanhamento a sua opinião, desde que sem interesse particular.
 6. Responsabilidade coletiva, em caso de acidente, moléstia ou desgraça de um companheiro.
 7. A responsabilidade das despesas cabe ao chefe da Patrulha.
- [...] ²⁵

O quinto termo do juramento exige que o interesse pessoal esteja ausente das discussões da sociedade, devendo a “opinião” ser construída pelo interesse do bem coletivo. O sexto termo exige que todos se responsabilizem pelas desgraças de cada um, uma vez que cada um age sob o interesse de todos. O quarto e o sétimo termos revelam uma estrutura hierarquizada, que também era presente na organização familiar do Japão rural, onde a obediência ao chefe era uma virtude (CARDOSO, 1995). Segundo Cardoso (1995), os japoneses se organizam em grupos familiares, que juntos formam um grupo maior chamado *dozoku* de casas que compartilham o mesmo sobrenome. A estrutura patriarcal coloca o pai como a máxima autoridade da família e o chefe do *dozoku* como autoridade local. Mas a autoridade também não pode ser entendida como uma imposição de desejos individuais ao grupo, pois o “patriarca é o guardião da propriedade e das virtudes familiares e por isso os bens e o nome não pertencem a ele, mas ao grupo que representa” (CARDOSO, 1995, p. 86). O chefe da família, ele também, está rendido aos interesses coletivos, e não deve impor seu desejo pessoal, mas decidir o que é melhor para o grupo. Por isso, “a autoridade não é sentida como absoluta, mas como adequada” (p. 104).

Cardoso (1995) ainda acredita que haja uma continuidade, no Japão rural, entre virtudes familiares e virtudes civis e, desse modo, lealdade, devotamento e submissão aos interesses do grupo estendem-se da família para a vida civil, alcançando inclusive o

²⁵ O documento é do DOPS de SP, datado de 1º de setembro de 1943, transcrito por Miyao e Yamashiro (1992, p.334).

Imperador. Talvez por isso, no Brasil, como diz Maeyama (1973 *apud* SEYFERTH, 1999), a niponicidade tenha sido simbolizada pelo culto ao Imperador, substituindo o culto aos antepassados como princípio de unidade grupal.

Na década de 30, a “escola japonesa” [no Brasil] era o centro do culto ao imperador e de todas as celebrações importantes para a comunidade étnica – dia do império, celebração do ano novo, aniversário do imperador etc. A ritualização do culto incluía a adoração do palácio imperial ou adoração do oriente, a veneração do retrato do imperador, leitura da escritura imperial sobre educação, finalizando com o canto do hino nacional. Isso aponta para valores simbólicos do nacionalismo convertidos em etnicidade. (SEYFERTH, 1999, p.206).

Podemos observar, então, que os imigrantes japoneses identificaram-se nos anos que sucederam o término da Segunda Guerra, como *japoneses*, *súditos* do Imperador e *vitoristas*, sendo que os “derrotistas” e aqueles imigrantes agricultores cuja produção contrariava os interesses do Japão eram entendidos como traidores e, portanto, não-japoneses. É claro que, entre vitoristas fervorosos, de um lado, e derrotistas, de outro, havia, aparentemente, uma ampla ala de imigrantes japoneses que apoiavam as sociedades secretas, mas não participavam do *ativismo* nacionalista e tampouco geraram grandes conflitos. Ao entrevistar imigrantes, Marta (2010) recolhe depoimentos daqueles que disseram que suas famílias não estiveram “nem de um lado e nem de outro”, enquanto um relatório da filial da Shindo Renmei do município de Duartina, transcrito por Miyao e Yamashiro (1992, p.331), fazia acusações sobre seus membros mais marginais:

Acham que no caso de retornar à Grande Ásia Oriental, bastaria estar filiado a organizações como a *Shindo Renmei* para escolher o melhor lugar em qualquer parte daquela ampla região; ou se consideram de repente importantes só por terem ingressado no quadro social da *Shindo Renmei*, julgando ser suficiente falar no espírito japonês... (corte parcial). Não possuem aquele entusiasmo sincero e incoercível de lutar até a morte pela pátria, pela prosperidade do povo japonês e pelos nossos princípios fundamentais.

Mesmo assim, a Shindo Renmei angariou muitos membros, que depositavam periodicamente suas contribuições financeiras às filiais e à central, o que Lesser (2001, p.243) entende como “doações a uma causa”. Além disso, o apelo da filial de Duartina, ao falar sobre a falta daquele “entusiasmo sincero e incoercível de lutar até a morte pela pátria” dá a impressão de que a crítica recai, na verdade, sobre aqueles que não se prestam às atitudes terroristas que *alguns* cometeram. É preciso notar que, mesmo entre os mais

firmes em seu nacionalismo, nem todos os membros ativos das sociedades secretas eram propensos às atitudes violentas cuja culpa, segundo depoimentos, parece ter recaído em grande medida sobre Seiichi Tomari, um diretor da Shindo Renmei. O próprio diretor presidente da Shindo Renmei, Junji Kikkawa, se desilude com o que veio a se tornar a entidade, pedindo sua dissolução em 1947 (MIYAO; YAMASHIRO, 1992).

Uma vez reconhecida a cena da identidade dos imigrantes japoneses no pós Guerra, cuja materialização começa a se dar anos antes, cabe a principal questão deste trabalho: qual teria sido a importância das práticas corporais na manutenção ou no fortalecimento da identidade dos imigrantes japoneses no pós Guerra?

5. AS PRÁTICAS CORPORAIS DOS IMIGRANTES JAPONESES NA IMPRENSA BRASILEIRA

Em nossa busca, deparamo-nos com matérias jornalísticas que tocavam práticas corporais diversas, como dança, beisebol, natação e outros. Buscamos apresentá-las neste espaço, a fim de podermos dar base às nossas conclusões.

Um artigo foi encontrado sobre um concurso de beleza de mulheres *nissei* em Barretos, noticiando que, com 1294 votos, alcançara o título de *nissei* mais bonita a Srta Satika Kaku, sendo seguida por Maria Morita, com 902 votos (O interior em revista, 27 mai. 1950, p.6). Interessante notar que, em nossa breve revisão bibliográfica, não vimos menção a concursos desse tipo. Decerto, notícia como esta é capaz de suscitar muitas questões sobre o corpo e a beleza na comunidade de descendentes de japoneses no Brasil.

O mesmo recorte, por outro lado, fala sobre uma associação de filhos de japoneses, algo que sabemos ter sido presente na colônia japonesa. Como vimos anteriormente com Cardoso (1995), as associações japonesas organizavam o corporativismo dos imigrantes japoneses no Brasil; Lesser (2001) também já nos deu pistas sobre o associativismo *nissei*, como no caso dos jornais (capítulo 4). Segundo a notícia, era fundado em Marília o Centro da Nova Juventude Brasileira, uma associação de nisseis com fins “culturais e esportivos” (O interior em revista, 27 mai. 1950, p.6). Aqui estaria, com certeza, uma boa notícia em que poderíamos nos aprofundar, não fosse ela tão curta. A brevidade, todavia, era característica da coluna “o interior em revista” do *Jornal de Notícias*, onde apenas pequenos dizeres compunham informes sem muito destaque sobre as cidades do interior de São Paulo. Entre esses dizeres, os japoneses às vezes eram os protagonistas das cidades que abrigavam boa parte de sua colônia, como eram os casos de Barretos e Marília. De todo modo, a promoção das práticas corporais evidenciada em tão poucas palavras não é inócua para a análise, dando-nos uma boa pista de que essas práticas estavam presentes na colônia e que podiam ser “vistas” pela mídia impressa ao “revistar” o interior.

Além do concurso de beleza e do centro cultural e esportivo, alguns artigos que anunciavam “bailados japoneses” foram colhidos, tendo sido um deles selecionado como representativo dos demais, uma vez que havia muitos anúncios idênticos no mesmo jornal, em diferentes números. O anúncio revelava que a professora Fujima Kanteru dirigia a peça de “danças clássicas nipônicas” do Conjunto Coreográfico Japonês chamada “Sonhos que revivem da pátria do Sol Nascente”. O espetáculo de dança, canto e música atraía também pelo fato de as bailarinas usarem “seus trajes e quimonos originais” e “instrumentos musicais típicos (shemisems, taiko e kané)”, além de obedecer “da maneira mais rigorosa à tradição do teatro no Japão, dando assim ao público paulista uma visão real da arte coreográfica e musical daquele país” (Bailados japoneses... 18 set 1949, p.8)..

Seguindo os nossos recortes, encontramos menções ao tênis. Uma matéria transcrevia uma resolução da Federação Paulista de Tênis, que, entre suas resoluções, concedia à Cooperativa Agrícola de Cotia “licença para promover o seu Campeonato <<Interzonas>>, com a participação de tenistas japoneses radicados no Interior”, que seria realizado em setembro de 1951 (Atividades tenísticas, 5 ago. 1950, p.11). Não apenas nos setores da economia brasileira, como enfatizava Cardoso (1995), mas também nos esportes podemos ver um indício de integração da comunidade japonesa com o país em que se fixaram.

Outra matéria ressalta que o diretor do DEESP, Silvio Magalhães Padilha, vai ao Japão “atendendo a um convite formulado pelas Federações Japonesas e da Colônia Nipo-Brasileira” e que “tentará trazer ao nosso país [...] uma dupla mista de tenistas”, além de uma equipe de atletas (Vai ao Japão... 7 out. 1950, p.9). Mais uma vez, os esportes mobilizam a colônia japonesa. Como veremos adiante, o evento esportivo que envolveu a colônia e mais teve repercussão no *Jornal de Notícias* foi a vinda dos nadadores japoneses conhecidos como Peixes Voadores. Essas fontes nos mostram um pouco da importância das práticas corporais esportivas para os japoneses aqui naquela época. A colônia movia-se também pelos esportes. Ainda não podemos evocar, sem referências mais diretas, as implicações disso para a identidade japonesa no Brasil, mas, sem dúvida, podemos entrever que esses imigrantes podiam também ser reconhecidos pela promoção e participação nessas práticas.

Sobre o beisebol, uma matéria de 1947 narra os esforços para se difundir essa prática no Brasil, ressaltando que ela teria, no início, sido praticada apenas pelos imigrantes japoneses e americanos, e que “ninguém fez nada por ele nos primeiros tempos, a não ser os esportistas japoneses, sempre dedicados e batalhadores, que organizando programas e difundindo-o na coletividade, tornaram possível ao ‘base-ball’ a aquisição de um nível técnico muitíssimo elevado, com a circunstancia de contar hoje com vários milhares de afeiçãoados”. O artigo segue falando sobre a criação de uma Federação Paulista de Base-Ball e Soft-Ball em setembro de 1946 (Trabalha-se em São Paulo... 16 fev. 1947, p. 8).

Em 1950, uma imagem de jogadores com fisionomia asiática é acompanhada de uma pequena notícia sobre o início do “Campeonato Paulista de Basebol”, no estádio Magalhães Padilha, que tivera que ser interrompido em decorrência da chuva. A notícia ainda apresentava, além dos times que jogaram a estreia (Universo e Mercado), os nomes de todas as equipes que disputariam a primeira e a segunda divisões, dentre as quais o time Copercotia era possivelmente um grupo de colonos japoneses da Cooperativa Agrícola de Cotia (Campeonato de Basebol, 22 mar. 1950, p.10). Aqui, é interessante notar a curiosa relação entre o associativismo na agricultura e a promoção do beisebol na colônia japonesa, sugerindo a hipótese de que as cooperativas agrícolas pudessem ter outros fins além dos econômicos. Outros times citados eram São Paulo, Adubrasil, Relampago, Vila Clementino, Gigantes, Piratas, Tigres, Diamante, Floresta, Liberdade, Cruzeiro, Santo Amaro e Ipiranga.

É com certa frequência que se atribui a prática do beisebol no Brasil aos japoneses. Para Batista Jr (1998 *apud* RÚBIO, 2000), de fato os japoneses é quem haveriam difundido o beisebol no Brasil. Não pudemos, por hora, acessar diretamente o trabalho do autor, mas parece ter-se tornado lugar comum essa atribuição da responsabilidade pelo desenvolvimento do beisebol no Brasil à população sobre a qual temos tratado. Num capítulo do livro publicado pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa sobre a história da imigração japonesa no Brasil, Kiyotani e Wakiasaka (1992) escrevem que o beisebol teria sido praticado pela primeira vez em 1910 por imigrantes estadunidenses e que o primeiro time de imigrantes japoneses, fundado para competir com aquele anglofônico, teria surgido em 1916, tendo ocorrido em 1936 “o primeiro

campeonato reunindo as representações das principais regiões de concentração de imigrantes japoneses” (p. 554). Os autores, contudo, não citam suas fontes, deixando-nos no escuro. Ao pesquisarem os legados japoneses para o turismo em Curitiba, Bahl e Murad (2011) entrevistaram descendentes de imigrantes japoneses em Curitiba, os quais *não* declaram, pelo menos nessa ocasião, o estádio de beisebol como um legado de sua cultura; mesmo assim, quando os autores aplicam um questionário sobre quais locais de cultura japonesa os entrevistados já teriam frequentado em sua cidade, a lista que apresentam aos sujeitos da pesquisa contém o dito estádio, o que nos diz mais sobre os autores do que propriamente sobre seus sujeitos: há neles enraizada a ideia de que o beisebol é, com certeza, parte do legado japonês. Ademais, segundo uma matéria do *Bem Paraná* (Estádio de beisebol... 9 fev. 2008), o estádio de beisebol de Curitiba teria sido reformado especialmente para a comemoração do centenário da imigração japonesa no Brasil, tendo dito o então prefeito Beto Richa que “A recuperação deste estádio é uma forma de celebrar a diversidade e a integração cultural e retribuímos à dedicação da comunidade japonesa que tanto colabora com o desenvolvimento da nossa cidade”. Um forte indício da associação entre os japoneses e o beisebol aparece no relato de Dr. Léo Liedke, em Ennes (2003, p.45), sobre a sua infância com os japoneses em Pereira Barreto, SP: “Eu era o único brasileiro que jogava beisebol. Porque o beisebol no Brasil é um esporte praticado por japoneses, né”. Aquilo que nos foi possível investigar por hora, portanto, aponta para que realmente os japoneses e seus descendentes tenham tido uma substancial importância para a difusão do beisebol no Brasil, tal como foi afirmado pelo *Jornal de Notícias*.

Movamos-nos, pois, adiante. O “Campeonato Inter-Colonial de Atletismo” segundo um artigo, teria sido praticado entre os japoneses radicados no Brasil desde 1931. Com as disputas estancadas por causa da guerra, em 1947 aconteceria a décima primeira versão do evento na pista do Tietê, “reunindo atletas da colônia nipônica da Capital, do Interior e alguns de outros Estados”. As nove equipes participantes eram “São Paulo, Nansei (Santos-Juquiá), Bastos, Paraná, Onda Verde, Sorocabana, Noroeste, Marília e Registro”, nomes que em sua maioria representavam cidades ou regiões paulistas (No Tietê... 20 set. 1947, p.8).

Mais tarde, em 19 de outubro de 1947, o *Jornal de Notícias*, informa seus leitores sobre a competição internacional de atletismo que o Brasil viria a sediar a partir de 1º de novembro do mesmo ano. O torneio não tem relação direta com os japoneses, mas uma passagem da salienta que o evento é “uma das maiores realizações do genero levadas a efeito no Brasil, comparavel mesmo com os certames que abriram as portas para todo o exito do atletismo brasileiro, isto é, as famosas competições que aqui mantivemos com os atletas japoneses e finlandeses” (Grande competição... 19 out. 1947, p.10). O texto é de difícil interpretação. Não sabemos ao certo a quais certames ele se refere, se eles haviam congregado japoneses e finlandeses ou se eram competições não relacionadas, se eram japoneses e finlandeses visitantes ou radicados em solo brasileiro. Em princípio, supusemos que os japoneses teriam sido citados em virtude dos torneios intercoloniais, mas essa interpretação seria arriscada sem um estudo mais detalhado sobre a história do atletismo naquele tempo.

Dois outros recortes foram feitos sobre o atletismo entre os imigrantes nipônicos. Em 1950, uma matéria anunciou um embate entre “Novos” da Federação Paulista de Atletismo e “Qualquer Classe” da colônia japonesa, revelando os nomes dos atletas e as provas em que competiriam (Novos vs. Japoneses, 13 set. 1950, p.11). Uma notícia posterior revelou um entusiasmo da diretoria da Federação para que se realizasse uma nova competição com os mesmos concorrentes, preferindo a pista do município Bauru, por ser uma das melhores pistas do interior, e deixando a data em aberto, para quando conviesse às partes.

Quanto à natação, houve grande alarde no *Jornal de Notícias* sobre a vinda de uma equipe de nadadores do Japão, conhecida como Peixes Voadores, e as matérias selecionadas mostram como isso repercutiu na colônia japonesa no estado de São Paulo. A primeira notícia a esse respeito que faz referências à colônia japonesa²⁶ nos mostra coisas interessantes (Exibições... 3 jun. 1949, p. 10). O texto se inicia noticiando que “a Federação Paulista de Natação e o Departamento de Esportes do Estado de S. Paulo, em estreita colaboração com o técnico Sato, do Pinheiros, estão desde há muito tempo trabalhando no

²⁶ Não se trata da primeira de todas as notícias sobre os Peixes Voadores, mas a primeira dentre aquelas que fazem alguma menção à colônia japonesa. Sendo o seu texto iniciado com os dizeres “Como já tivemos oportunidade de noticiar”, percebe-se que houve outras notícias sobre o assunto antes dessa.

sentido de trazer a S. Paulo, alguns nadadores japoneses, para aqui se exibirem”. Nesta matéria, aparece o personagem Sato, de nome sonoramente japonês, que, segundo a entrevista concedida por Fernando Corrêa da Silva, um dos dirigentes da F.P.N., foi o idealizador do convite aos nadadores nipônicos. Segundo Fernando, esse “esforçado e competente técnico do Pinheiros” teria se dirigido à “Cristã de Moços do Japão” para trazer ao Brasil dois velocistas. Ademais, Sato estaria treinando a equipe paulista para o Campeonato Brasileiro que viria em breve.

A entrevista segue com o dirigente apontando a necessidade de se conseguir uma autorização dos Estados Unidos para que a equipe esportiva deixe o Japão, assegurando, entretanto, que o empenho da F.P.N. e do DEESP trataria de resolver tais trâmites burocráticos. Além disso, o próprio Japão, segundo o entrevistado, se comprazeria de receber a visita de um nadador brasileiro, Willy Jordan, por seu modo particular de nadar a modalidade borboleta, sendo possível que Plauto de Barros Guimarães, “o maior velocista do continente”, o acompanhasse.

A parte mais significativa da matéria vem quando o jornal indaga a Fernando Corrêa da Silva sobre a relevância da visita dos nadadores japoneses, ao que o entrevistado responde que a observação do tipo de treinamento dos nipônicos poderia contribuir para melhorar os métodos brasileiros. Para ele, não haveria um padrão de natação brasileiro por conta de miscigenação. Porém, em Marília, diz, “já se nada no estilo japonês, não os descendentes desta raça, como também elementos brasileiros como Nelson Casadel, que é uma das grandes expressões da aquática bandeirante” (Exibições... 3 jun. 1949, p. 10). Esse trecho, em especial, nos dá uma pista sobre um “estilo japonês” de nado que caracterizaria os nadadores do município Marília; o estilo de nado naquela cidade chamando a atenção para os japoneses que nela viviam.

É claro que notícia também faz alusão a um nadador brasileiro, do mesmo município, que também trabalha com o mesmo padrão. Mesmo assim, a colônia japonesa é o que se destaca como referência – “não só os descendentes desta raça”. Deve-se acrescentar, também, que a colônia japonesa não era completamente fechada, no que diz respeito às práticas esportivas, a pessoas que não eram de origem ou descendência japonesa. O relato trazido por Ennes (2003, p.45) do ex-prefeito de Pereira Barreto (cidade

também com forte presença da colônia japonesa), conhecido como Dr. Léo, é ilustrativo a esse respeito: o entrevistado, descendente de imigrante alemão, praticara atletismo e beisebol com os amigos *issei e nissei*.

O *Jornal de Notícias* continuava a acompanhar o processo de busca pelos atletas e uma matéria publicada em outubro de 1949 revela que o DEESP (Departamento de Esportes do Estado de São Paulo) estaria planejando trazer para o Brasil os famosos nadadores japoneses conhecidos como “peixes aquáticos”, especificamente para o município Marília, no interior do estado (Nadadores japoneses. 9 out. 1949, p.11). Em fevereiro do ano seguinte, o jornal anunciava que a equipe de nadadores partiria de Tóquio no dia 28 do mesmo mês para participar do Campeonato Brasileiro de Natação, opinando que seria “dos maiores o interesse em torno da presença dos recordistas mundiais”. Além da participação no campeonato, os nadadores também se apresentariam em cidades do interior:

Assim é que participarão de um torneio a ser realizado na piscina do Yara Clube, de Marília. Esta cidade, que é um grande nucleo de niponicos, está se preparando de forma a alcançar o maximo de sucesso a competição dos campeões mundiais. Estão desde já sendo adaptadas na séde do Iara Clube a fim de dar acomodações ao numeroso publico, que por certo afluirá à sua piscina. (Prepara-se Marília... 21 fev. 1950, p.8).

A vinda dos nadadores mobiliza a colônia japonesa. Assim, uma notícia de 25 de fevereiro revela que “Destacado membro da colonia japonesa esteve na sede da Federação Metropolitana de Natação, informando que o nadador Furuashi e seus companheiros deverão chegar ao Rio no dia 3 de março próximo, seguindo no mesmo dia para São Paulo” (Do rio, 25 fev. 1950, p.10). O *Jornal de Notícias* estava atento ao evento e atualizava seus leitores sobre a visita nipônica. Em 1º de março, o jornal anuncia o telegrama recebido por Silvio Magalhães Padilha, do DEESP, do embaixador do Brasil no Japão, que confirmava a vinda da delegação japonesa, tendo esta embarcado, como previsto, no dia 28 de fevereiro. Ao contrário da notícia anterior, que previa a chegada dos nadadores ao Rio de Janeiro, esta revelou que, após passar por Nova Iorque, os japoneses deveriam ir diretamente a Congonhas, em São Paulo, aonde chegariam no dia 4 de março. O treinamento e a aclimatação durariam até o dia 23, quando começaria o campeonato, e

seriam realizados na piscina do Pacaembu, onde o acesso seria restrito à equipe, aos jornalistas e aos dirigentes da F.P.N., a Federação Paulista de Natação. Nesta notícia, a mobilização da colônia japonesa fica evidente quando se escreve que “O DEESP embora ainda a hora da chegada dos ‘devoradores de recordes’, está tomando providencias tendo organizado juntamente com uma comissão da colonia japonesa em S. Paulo um grandioso plano de recepções aos grandes ‘azes’ da natação mundial”. O texto é confuso no início, mas o final está claro: a colônia japonesa estaria articulada com o DEESP para organizar uma boa recepção aos visitantes japoneses. Ora, sendo muitos integrantes da colônia japonesa ainda parte da primeira geração de imigrantes, não são ancestrais longínquos que estão gerando tanto entusiasmo, mas realmente os conterrâneos que há muito não são vistos. Por mais, é claro, que eles nunca tenham sido vistos. Como percebemos na obra de Benedict Anderson, é justamente esse sentimento de comunhão que faz da nação uma comunidade *imaginada*. Para lembrarmos: a nação é vista como uma comunidade *imaginada* “porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p.32).

Na véspera da data prevista, o *Jornal de Notícias* mais uma vez lembra o evento e ressalta a sua importância. Segundo o texto, esses nadadores, os famosos “peixes voadores”, seriam conhecidos por terem superado um substancial número de recordes mundiais recentemente nos Estados Unidos. Aqui, o jornal torna a afirmar que a primeira parada dos japoneses seria no Rio de Janeiro, a capital do país, onde a equipe permaneceria dois dias antes de dirigir-se a São Paulo por via aérea. Nesta segunda parada, os atletas seriam então “festivamente recepcionados pela colonia japoneza e bem assim pelos altos dirigentes do DEESP e outras entidades amadoras” (Chegam amanhã... 3 mar. 1950, p. 10).

No dia seguinte, o mesmo jornal lembra animadamente que era chegada, enfim, a data da recepção dos nadadores (São Paulo recebe... 4 mar. 1950, p.10). O artigo fornecia o horário em que chegariam os “hóspedes” (onze horas e trinta minutos da manhã), além de instruir os imigrantes que pretendessem comparecer ao aeroporto a respeitar os cordões de isolamento:

Estando antecipadamente previsto o comparecimento de numerosos componentes da colônia japonesa radicada entre nós, este Departamento [o DEESP], visando facilitar o mais possível, para que os nadadores nipônicos acompanhados das autoridades presentes possam cumprimentar todos os seus irmãos que acorrem a seu desembarque, designou um local situado fora do recinto do aeroporto, que na ocasião será determinado por cordões de isolamento, pelo que pedimos que essas pessoas se mantenham no local, colaborando e facilitando o desembarque e apresentações dos nossos valorosos hóspedes. (São Paulo recebe... 4 mar. 1950, p.10).

A vigilância e a desconfiança para com os japoneses que a literatura atribui ao rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e países do Eixo em 1942 e à declaração de guerra ao Japão em 1945 parecem não alcançar as páginas de conteúdo esportivo do *Jornal de Notícias* nessa época, já passados cinco anos do conflito. Ali, já não havia menção ao perigo amarelo. Tanto a matéria sobre o desenvolvimento do beisebol em 1947 chamava os imigrantes japoneses de “dedicados e trabalhadores” (Trabalha-se em São Paulo... 16 fev. 1947, p. 8) – atributos, aliás, que foram lembrados também nas discussões sobre a imigração japonesa –, quanto o artigo sobre a chegada iminente dos Peixes Voadores entusiasmava-se com o que chamava de “nossos valorosos hóspedes”. Que diria o jornal desses hóspedes, tivesse o evento ocorrido anos antes? Só podemos dizer que, naquele quatro de março de 1950, o apreço pelos visitantes heroicos japoneses era notável e o jornal se vangloriava de o Brasil tê-los recebido antes mesmo de países europeus que também os haviam chamado. De todo modo, as matérias analisadas não demonstram sentimentos antinipônicos por parte do *Jornal de Notícias*, embora a certeza quanto a isso fosse exigir um estudo mais aprofundado. Para ajudar, podemos acrescentar que alguns artigos que não foram selecionados para esta análise continham repúdios, por exemplo, ao confisco de bens dos súditos do Eixo, ato que foi executado pelo governo brasileiro durante a guerra e perdurou após ela.

“Chegaram os nadadores japoneses”, anuncia finalmente o jornal no dia subsequente. A fotografia mostra quatro faces nipônicas, os famigerados azes da natação sentados a uma mesa com bebidas e alimentos - tratava-se de um “cocktail” preparado em Rua Pires da Mota, 401. A matéria narra que a recepção procedera como se havia previsto no número anterior: “O desembarque em Congonhas foi dos mais concorridos, estando presentes as autoridades, representantes de várias entidades e uma massa incalculável da

colônia nipônica em nossa Capital e no Interior” (Chegaram os nadadores... 5 mar. 1950, p.14).

Dez dias depois, o *Jornal de Notícias* repreendia o clube Guanabara, do Rio de Janeiro. Segundo a matéria publicada, o clube estaria criando dificuldades para as apresentações dos nadadores na capital do país ao exigir que seus associados pudessem prestigiar gratuitamente as provas ali realizadas. Ao contrário dos cariocas, os paulistas...

... compreendendo o esforço que foi realizado, não pouparam esforços, principalmente os elementos da colônia nipônica, que tudo vem fazendo para que não somente ganhe as exibições de seus patrícios o máximo de brilhantismo, como na parte financeira o órgão dirigente de nossas atividades esportivas não venha a ter prejuízos. Tanto isso é verdade, que apesar de faltarem muitos dias ainda para a realização das exibições dos nipônicos, pouquíssimos são os ingressos que se encontram à venda. (Faz exigências... 15 mar. 1950, p.10).

Um conhecido escândalo na colônia japonesa que envolve os “Peixes Voadores” foi a suposta afirmação, por parte de imigrantes vitoristas ligados à associação *Zenpaku Seinen Renmei*, de que os atletas seriam na verdade coreanos (DEZEM, 2000). Segundo Lesser (2014), a campanha teria sido feita através de pôster e teria tornado-se pública através da *Folha da Noite*, numa matéria de 21 de março de 1950. A negação da japonidade dos visitantes teria resultado de sua afirmação pública de que o Japão de fato perdera a guerra, enquanto as regras internas de japonidade exigiam lealdade ao Imperador e vitorismo. Por causa disso, os nadadores teriam sido vistos como coreanos disfarçados para propagar mentiras em nome dos Estados Unidos (DEZEM, 2000). Mas uma curiosa matéria surge no *Jornal de Notícias* dois dias depois (A juventude japonesa... 23 mar. 1950, p.12). Conforme narra a edição do jornal, o *Zenpaku Seinen Renmei*, ou Centro da Juventude “Nova Brasileira”, junto a uma comissão composta por um consultor jurídico, um coronel e 36 representantes da Bandeira, teria exigido que os jornais publicassem seu protesto contra notícias falsas que estariam circulando pela mídia impressa. Segundo o Centro, fora publicada uma cópia nos jornais de um texto de sua autoria erroneamente traduzido. Dizia o protesto que...

Não é verdade que a juventude japonesa do Brasil tenha afirmado que os referidos nadadores sejam coreanos. Já estivemos com o governador do Estado, a

fim de desfazer o mal-entendido proporcionado pela maldosa notícia. A tradução fiel do documento publicado em “fac-simile” é que os moços do Centro da Juventude “Nova Brasileira”, não tem tido contacto com a comissão de recepção aos nadadores e não como dizem os jornais acima referidos que essa juventude não toma conhecimento da presença dos “peixes-voadores” no Brasil. (A juventude japonesa... 23 mar. 1950, p.12)

Na realidade, segundo consta no mesmo recorte, a crítica que a Nova Brasileira teria feito ao caso dos Peixes Voadores era a de que uma pequena parte da colônia japonesa - ou, aliás, segundo suas palavras, “um grupo de inimigos e exploradores da colônia” – teria monopolizado a recepção da equipe de natação, criando dificuldades para que os demais imigrantes japoneses pudessem ter contato com ela, enquanto havia, decerto, uma ânsia por aquela breve possibilidade de se reestabelecer o contato com a nação de origem, depois de tanto tempo afastados pelas dificuldades criadas pela Segunda Guerra que ainda não haviam sido sanadas. “É natural”, dizia o Centro da Juventude, “que os japoneses do Brasil, depois de um grande interregno, sem contacto com o país de seus antepassados, queiram saber notícias do mesmo e tenham procurado o treinador Yusa” e os nadadores. Fora isso, a nota enfatizava que a juventude japonesa se orgulhava da presença dos convidados.

Ao que podemos ver, o escândalo, muitas vezes trazido pela literatura, foi fundado num boato. Como evidência de vitorismo, o boato perde força. Quem sabe com que intuito teria esse boato sido produzido? A culpa recairia em algum grupo vitorista ou apenas em adversários políticos na colônia ou fora dela? Apesar dessas dúvidas, devemos reconhecer que, independentemente das causas próximas que teriam levado alguém ou algum grupo a criar e difundir o boato, este só pôde repercutir porque, ainda naquele ano de 1950, ele soava verossímil; ainda rondava os japoneses aqui radicados uma tensão que envolvia os conflitos identitários. Para Dezem (2000), essa tensão só se dissiparia após a retomada das imigrações, em 1953. Para Miyao e Yamashiro (1992), o que restava do vitorismo japonês teria entrado em inclinada decadência já em 1951, quando alguns imigrantes retornam ao Japão e veem com os próprios olhos a realidade japonesa. Sabemos que a filial da Shindo Renmei em Lucélia, SP, sobreviveu até meados de 1950 (NAKADATE, 1988 *apud* MIYAO; YAMASHIRO, 1992) e que, em 1953, ainda a revista

Seinen defendia a atitude dos terroristas da *Tokkô-tai*²⁷. Havia, sem dúvida, bons motivos para que os paulistas em geral, assim como os colonos, acreditassem no boato.

Além dos recortes de jornal aqui apresentados, como já dissemos, utilizamos-nos de algumas fontes auxiliares. O período de hiato da imigração japonesa para o Brasil (1941-1952) foi estudado por Miyao e Yamashiro (1992), que trazem no corpo de seu texto transcrições de documentos, das quais duas foram de particular utilidade. Também recolhemos algumas imagens comentadas de um inventário da Associação Okinawa Kenjin do Brasil (MIYAGI; YAMASHIRO, 2004).

Dessa incursão pelas fontes secundárias, encontramos uma interessante passagem num documento que Miyao e Yamashiro (1992, p.316-7) chamaram de “Plataforma Shindo Renmei”. Datado de 22 de julho de 1945, o documento chamava os “súditos do Grande Império do Japão” para o cultivo do “espírito japonês”, através do respeito à integridade moral, da concretização do patriotismo e da lealdade ao imperador mediante diligência, esforço, paciência e autoestima. Partindo da premissa de que era próprio aos japoneses contribuir com a construção da Grande Ásia Oriental, chamava para a necessidade de um projeto educacional que colaborasse com a causa.

Para nós japoneses residentes no Brasil colaborarmos na construção da Grande Ásia Oriental, devemos primeiramente executar um programa de ensino apropriado para tal fim. Isto é, enaltecer a idéia de reverência aos deuses e de culto aos antepassados, **promover a educação física** e, para que os nossos filhos se tornem súditos do Império, devemos nos esforçar no ensino da língua japonesa e dedicar esforço à educação moral dos adultos²⁸.

Aqui, a promoção da educação física aparece ao lado da reverência aos deuses e do culto aos antepassados como aspecto importante para a construção da Grande Ásia Oriental. Dessa “educação física”, encontramos indícios que sugerem que ela estivesse principalmente ligada às artes marciais.

Um manuscrito do diretor-presidente da Shindo Renmei, Junji Kikkawa, revela organogramas das atividades da associação na sede central e nas filiais. O organograma da

²⁷ Seikichi KUWABARA. *Esperamos muito dos moços*. Revista *Seinen*, nº 1, 1º de maio de 1953. Trecho transcrito por Miyao e Yamashiro (1992, p.341).

²⁸ Plataforma da Shindo Renmei, transcrita por Miyao e Yamashiro (1992, p.316-7). Grifos meus.

sede central organizava, sob o comando do Diretor-Presidente e do Diretor-Superintendente, uma “Secretaria geral”, responsável por “assuntos gerais”, “propulsão” e “tesouraria”, um departamento de “relações externas”, com o objetivo de “estreitamento de relações entre o Japão e o Brasil”, um departamento de “comunicação”, que devia cuidar de assuntos de “imprensa”, “correspondência”, “lazer e recreação”, e, além disso, um departamento de “educação”, que deveria conter educação “espiritual”, “língua japonesa”, “cursos para adultos” e “artes marciais”. Em seguida, o organograma das filiais colocava sob a organização do diretor e do vice-diretor também uma secretaria de serviços gerais e um departamento de educação. Este último devia cuidar das mesmas quatro categorias de atividades educativas que apareciam no organograma da sede central, segundo os seguintes objetivos:

Espiritual – procurar difundir o espírito de reverência aos deuses
Japonês – cuidado na seleção do professor, orientação e fiscalização
Artes Marciais – orientar grupos esportivos
Ed. Adultos – espírito de grupos de vizinhos²⁹

Além disso, segundo Nakadate (1988 *apud* MIYAO; YAMASHIRO, 1992, p.360), a filial da Shindo Renmei de Lucélia, SP, teria sobrevivido até 1950 proporcionando educação livresca e artes marciais a seus associados.

Não dispomos aqui de elementos empíricos para desvendar os significados da prática de educação física artes marciais para os imigrantes japoneses nacionalistas do pós-guerra. Porém, são instrutivas as reflexões de Espartero, Villamón e Gonzáles (2011) a respeito dos modos japoneses de se pensar os usos do corpo. Diversamente da compreensão ocidental e moderna de corpo, que o concebe como objeto, como máquina e, sobretudo como separado da alma pela divisão cartesiana entre substância pensante e substância extensa (SILVA, 1999), o corpo na cultura tradicional japonesa deve ser compreendido, para aqueles autores, como sujeito e não como objeto; o corpo japonês não é uma máquina, mas um acento do espírito. Por isso, a prática corporal deve ser entendida como “o instrumento que pode conduzir à revelação ou ao descobrimento do estado espiritual que

²⁹ Manuscrito de Junji Kikkawa, presidente da Shindo Renmei, transcrito por Miyao e Yamashiro (1992).

[...] se denomina dô. O que determina por sua vez que se reconheça na forma técnica uma parte de espiritualidade” (ESPARTERO; VILLAMÓN; GONZÁLES, 2011, p. 41, tradução minha). Desse modo, o corpo precede o espírito na aprendizagem; o espírito, por sua vez, se molda nas experiências do corpo. A prática corporal intensa, a repetição, enfim, a experiência corpórea é o que leva ao aprendizado, antes mesmo da aventura cognitiva da racionalização. As artes marciais transmitiriam com isso a essência de um pensamento através da prática e da aprendizagem técnica. A hipótese que aqui levantamos é a de que a preocupação com a educação física e, principalmente, com as artes marciais, seria indissociável da necessidade do fortalecimento do espírito japonês, o qual abrangia suas condutas éticas, sua língua, sua devoção ao imperador, sua identificação com o Império do Sol Nascente.

Por último, temos uma singela contribuição de um inventário de fotografias feito pela Associação Okinawa Kenjin do Brasil (MIYAGI; YAMASHIRO, 2004, p. 153). Nesse inventário, encontramos o curioso caso do Grupo de Dança Novos da Aliança, que segundo os autores relatam, buscava, através da dança, “confraternizar e unir os conterrâneos, através da música e dança” (p.153). Na época em que o grupo atuou (segundo os autores, entre 1947 e 1950), “unir os conterrâneos” não era um objetivo sem sentido, tenha-se em vista que a colônia japonesa estava dividida e acabara de passar por um período sangrento de terrorismos que só findou no ano de sua fundação (DEZEM, 2000). Ademais, ainda segundo os autores do inventário, o grupo de dança se dedicava a angariar fundos para as vítimas da guerra no Japão. As datas de início e fim do grupo coincidem com as datas referentes ao início e fim do Comitê de Socorro às Vítimas da Guerra no Japão, organização voluntária fundada por “esclarecidos” da colônia (MIYAO; YAMASHIRO, 1992). No ano anterior, a tentativa de alguns esclarecidos para fundar uma Comissão Tranquilizadora da Colônia Japonesa fora barrada por autoridades policiais (*id. ibid.*). Entre tudo isso, é possível estabelecer uma relação entre o Grupo, os esclarecidos e sua vontade por “tranquilizar” ou “unir”, “confraternizar” os conterrâneos. Aqui, a prática corporal dança adquiriu um sentido social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria uma grande ilusão imaginar que cada problema histórico corresponde a um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza. (Marc BLOCH, 2001, p.80)

Vimos, neste estudo, a importância da questão nacional para a compreensão das identidades modernas. O Japão torna-se uma nação, guiado pelo nacionalismo oficial Meiji, no final do século XIX; o Brasil, sem que possamos precisar a data e os processos de seu surgimento, já estava presente no imaginário dos intelectuais no também final do século XIX, o que possibilitou, em 1908, um encontro entre duas nacionalidades. A elite brasileira, pensando a nação em termos de raça e meio, discutia os benefícios e os malefícios de permitir a entrada da “raça mongólica” no território nacional e o problema dos “quistos” étnicos se agrava com a campanha nacionalista de homogeneização do Estado Novo. Somando-se isso ao clima de tensão internacional gerado pela Segunda Guerra, ao rompimento das relações entre Brasil e Japão e, por fim, à declaração de guerra ao Japão em 1945, o resultado foi que os imigrantes japoneses foram empurrados a uma situação cada vez mais desconfortável, olhados com desconfiança, tidos como inimigos. O sentimento de japonidade se inflamou, e o fanatismo nacionalista levou a sabotagens e assassinados de imigrantes japoneses no Brasil. O ser japonês era definido pelo nacionalismo devoto ao Imperador e pela negação da derrota do Japão, além de abrigar a afirmação do espírito *Hakkô Ichiu* (O Mundo sob um só Teto).

Aqui, marcamos um ponto de discordância com as interpretações de Lesser (2001) sobre a identidade dos imigrantes japoneses. A obra desse autor está baseada na hipótese de que a identidade imigrante é sempre uma identidade que mescla a origem e o destino através de um hífen – daí a ideia de uma identidade “hifenizada”, “nipo-brasileira”. Apesar de as ideias de hífen e de hibridismo serem presentes na literatura quando se fala em identidade imigrante – como é o caso dos imigrantes alemães em Seyferth (1999) -, o caso da colônia japonesa no período estudado guarda suas particularidades. Algumas evidências de Lesser parecem ser imprecisas, principalmente quando as confrontamos com os

documentos transcritos por Miyao e Yamashiro (1992). Lesser afirma, por exemplo, para comprovar a sua tese de identidade hifenizada, que a Shindo Renmei queria tudo, menos o repatriamento dos imigrantes, o que evidenciaria que os japoneses, apesar de nacionalistas, estariam conformados com a sua condição também brasileira, marcando uma situação ambígua, que uniria seu nacionalismo japonês e sua residência no Brasil nessa identidade nova chamada de nipo-brasileira. Mas isso não parece ser verdade. Alguns documentos trazidos por Miyao e Yamashiro falam sobre um desejo de retornar à “Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental”. Um deles é o manuscrito de Kikkawa, que fundou a ideia de “Espírito Kikkawa” e em que se apoiaram a Kôdôsha e a Shindo Renmei. Ele dizia que a política de emigração do Japão para o Ocidente era temporária e que “Se no pós-guerra, o Japão mantiver sua influência ora conquistada nos Mares do Sul, deverá abandonar imediatamente a política temporária. Considero natural, então, marchar na direção da realização da construção da Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental, que é a política fundamental do Japão”. Muitos japoneses não só alimentaram seu desejo de retorno durante o hiato imigratório da década de 1940 como realizam esse retorno, efetivamente, em 1951. Ademais, além de Kikkawa, outros documentos como diários e depoimentos referem-se a “nós, os japoneses”, ou ainda a “nós, os japoneses em território inimigo”. Tudo isso me leva a crer que precisamos levar com calma essa ideia de identidade hifenizada. É certo que alguns *nisseis* enfatizaram esse hífen, através de jornais como o *Transição* (capítulo 4), mas isso era provavelmente uma parcela de *nisseis* urbanizados. Precisamos lembrar que os japoneses não vieram com a intenção de ficar, como o fizeram os alemães, segundo Seyferth (1999), mas de voltar ao Japão, como evidenciam as “canções de regresso” trazidas pelo próprio Lesser (2001). Em 1939, 85% da colônia de Bauru ainda alimentavam desejos de retorno. Sem intenção de radicar-se e de fazer parte da população brasileira - e, ao contrário, querendo voltar para a Esfera de Co-prosperidade - é sóbrio dizer que eles estavam mais para “japoneses” do que para “nipo-brasileiros”, pelo menos no modo como eles enxergam a si mesmos. A aceitação de fazer parte da população brasileira só pôde florescer plenamente após essa data, quando os imigrantes finalmente tiveram contato com o seu país de origem e o viram desolado, percebendo que nada de muito promissor aguardava seu regresso nos confins do Pacífico.

Antes disso, porém, houve quem vendesse seus bens em troca de promessas feitas por patrícios inescrupulosos de garantir o seu retorno ao Grande Império do Sol Nascente³⁰. É claro que o que era ser japonês no Brasil entre 1945 e 1950 pudesse diferir substancialmente do que era considerado ser japonês no Japão do mesmo período, mas essa comparação não é objetivo do nosso trabalho. O que podemos dizer, a partir da revisão que fizemos, é que os imigrantes aqui radicados, de modo geral, consideravam-se japoneses com o seu significado próprio do que era ser japonês, que envolvia o culto ao Imperador, a negação da derrota do Japão, a veneração ao espírito Hakkô Ichiu – e os mais nacionalistas insistiriam no fato de que, uma vez deixando para trás esses valores, ter sangue japonês e falar a língua japonesa não bastariam para que não lhe fosse furtado o direito de ser japonês.

No que diz respeito ao trabalho empírico, as matérias colhidas demonstram que as práticas corporais eram presentes na colônia japonesa no período estudado. Mais do que isso, muitas vezes os japoneses eram destaques nessas práticas, como era o caso do beisebol, difundido no Brasil pela colônia japonesa, e da natação, pelo que eram reconhecidos os nadadores japoneses de Marília, assim como os brasileiros que com eles praticavam. A presença dessas práticas nos jornais, assim como a participação dos colonos em disputas esportivas que envolviam entidades brasileiras, revela que a integração dos japoneses não se deu apenas no plano econômico, como mostrou Ruth Cardoso (1995), mas também no plano esportivo.

O que é intrigante notar é que a maioria das notícias veiculadas pelo *Jornal de Notícias* parece enfatizar o envolvimento dos nikkeis com as práticas corporais de tradição ocidental, como o atletismo, o beisebol e o tênis – enfim, os esportes. Das práticas corporais mais tradicionais do Japão, pouco podemos saber através dessas fontes. Felipe Marta (2010) observa que as artes marciais, por exemplo, apenas despontam na paisagem da capital de São Paulo na década de 1950 – e talvez o mesmo valha para outras práticas corporais japonesas. O confinamento à colônia talvez as tenha tornado desinteressantes aos jornais, enquanto as outras práticas eram mais visíveis no cotidiano paulista, envolvendo

³⁰ Isto não é dizer, veja bem, que não pudesse haver nenhum princípio de identidade hifenizada antes disso. Muito pelo contrário, os *nisseis* já contribuíam para semear esse tipo de identidade. Contudo, elevar isso a uma característica identitária de toda a colônia nos parece precipitado, em vista do que aqui expomos.

diversos municípios e associações esportivas brasileiras. Aquilo que realmente integrava os imigrantes japoneses ao contexto brasileiro, portanto, era o que se tornava visível através do jornal.

Os bailados japoneses são uma excessão, um pequeno exemplo de prática tradicional japonesa realizada pelos imigrantes, contando com “uma série de danças clássicas nipônicas, executadas por bailarinas com seus trajes e quimonos originais e acompanhadas por instrumentos musicais típicos” (Bailados japoneses... 18 set. 1949, p.8). Esses “bailados” certamente comoveram os paulistas por seu exotismo.

Mesmo assim, podemos observar que havia práticas corporais que, independentemente de serem ou não tradicionais no Japão, eram tradicionais *da colônia*. O beisebol, como vimos anteriormente, foi uma prática mantida pela colônia japonesa desde muito cedo, assim como o atletismo, cujas competições eram também antigas. É preciso lembrar, ademais, que as práticas corporais de origem ocidental – os esportes – adentraram o Japão antes que os japoneses emigrassem para o ocidente (MARTA, 2010). Por isso, seria um erro entender o “tradicional” apenas como o “exótico”. Atletismo, beisebol e natação, além de, possivelmente, outras práticas corporais, formavam uma tradição própria da colônia japonesa no estado São Paulo.

As notícias nos mostram que a colônia mobilizava-se não só para a promoção dos esportes entre os aqui radicados, mas também pela visita de esportistas japoneses, como foi o caso dos tenistas. Mas o que realmente parece ter agitado os colonos (ou, pelo menos, agitado o *Jornal de Notícias*) foi a vinda dos Peixes Voadores. Separados de sua terra natal pelas dificuldades diplomáticas entre Brasil e Japão, a visita dos nadadores possibilitava um breve e simbólico reencontro com a sua origem e essa euforia foi motivo de conflitos dentro da própria colônia, resultando inclusive em boatos difamatórios contra uma associação de jovens japoneses.

No que se refere às associações culturais que pretendíamos ter como o centro da pesquisa, encontramos apenas uma singela nota sobre a formação de uma sociedade em Marília, o Centro da Nova Juventude Brasileira, além do que soubemos do seu conflito

envolvendo os Peixes Voadores³¹ e a mídia impressa. Além de saber que ela também se prestava a fins esportivos, pouco se pode afirmar.

A forçada mudança de procedimentos da pesquisa nos afastou das associações japonesas, uma vez que elas não foram retratadas com atenção pelas fontes que consultamos. Assim, até agora, podemos dizer que as práticas corporais estavam fortemente presentes na colônia japonesa e que os japoneses eram vistos pela sociedade paulista não só pela sua participação na agricultura ou em outros âmbitos da economia brasileira, mas também pela sua produção nos esportes. Os imigrantes japoneses, poder-se-ia dizer naquela época, são imigrantes que jogam.

Naquilo que diz respeito à relação entre as práticas corporais e a identidade as nossas informações são também um tanto escassas. De tudo o que coletamos, os documentos da Shindo Renmei transcritos por Miyao e Yamashiro (1992) são os que melhor apontam para essa relação, pois ressaltam a importância das artes marciais e da educação física para a maior sociedade nacionalista dos imigrantes japoneses. As artes marciais aparecem no organograma citado como parte da educação dos associados. Como já foi dito, o Espírito Kikkawa apoiava-se na necessidade de se educar os filhos dos imigrantes para o nacionalismo. As reflexões de Espartero, Villamón e Gonzáles (2011) nos levam a compreender os possíveis motivos para a educação do corpo numa associação como a Shindo Renmei: os saberes, na tradição japonesa, são intuídos através do corpo, antes mesmo de serem compreendidos pela da razão, diferentemente do que concebe o racionalismo ocidental moderno. Desse modo, conjecturamos que, para educar para o nacionalismo japonês, seria indispensável embeber-se em suas práticas corporais. Ser japonês passaria, então, por fazer-se japonês através de suas práticas culturais, sobretudo as práticas corporais. Estimamos que pesquisas futuras possam elucidar melhor essas questões através de dados empíricos.

Não podemos saber se o projeto do manuscrito foi concretizado, mas o documento evidencia a importância dada por alguns membros da Shindo Renmei à educação do corpo, pretendendo passá-la de uma situação de completa informalidade para

³¹ O artigo que versa sobre a fundação do centro fala em “Centro da Nova Juventude Brasileira”, enquanto o que aponta a confusão em relação à replicação adulterada de um documento da entidade pela mídia fala em “Centro da Juventude ‘Nova Brasileira’”.

uma programação organizada, fazê-la então superar a condição de educação informal para atingir a condição de uma educação não formal, segundo a terminologia de Libâneo (1991). Se não pudemos, como proposto, estudar a fundo as associações culturais japonesas, onde se daria uma educação não formal do corpo do imigrante japonês, pudemos observar certa importância da educação para os nacionalistas do período e, dentro dela, a importância da educação do corpo.

Chegamos, pois, a alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, a elucidação das relações entre práticas corporais e identidade nos espaços de educação não formal dos imigrantes japoneses no Brasil carece de complemento, de outras pesquisas que venham a somar esforços a esta e que possam olhar para a questão a partir de novas fontes. Um estudo sempre possui suas limitações; nunca se escreve a história, como se diz, *senão uma* história. E aqui, não obstante as dificuldades que encontramos ao buscar as nossas fontes, foi contada uma história sobre as práticas corporais dos colonos japoneses em São Paulo. No desfecho desta narrativa, vemos a confirmação da plausibilidade da nossa hipótese: é lúcido pensar, agora, que as práticas corporais possam envolver identidade, mesmo que as nuances dessas relações entre os imigrantes japoneses não tenham podido ser completamente desenhadas. O nosso ponto final, portanto, revela um novo parágrafo em branco para uma nova história.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- BAHL, Miguel; MURAD, Ivana G. Legado japonês e turismo em Curitiba (Paraná, Brasil). **Revista Iberoamericana de Turismo**. Penedo, v.1, n.1, p.47-62, 2011.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *El derecho a la existencia cultural alterna*. Em: ZARUR, G. C. L. (org). **Etnia e Nação na América Latina**. Washington, D.C., U.S.A.: OEA – Organização dos Estados Americanos, 1994, p.25-35. (Colección INTRAMER, n. 44)
- BATISTA JR, M. Beisebol no Brasil: breve histórico e perspectiva. [S.l.]: Mimeo, 1998 *apud* RÚBIO, Kátia. Tradição, família e prática esportiva: a cultura japonesa e o beisebol no Brasil. **Movimento**. Porto Alegre, v. 6, n.12, p. 37-44, 2000.
- BLOCH, Marc L. B. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. **Lei de 7 novembro de 1831**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html>. Acesso em: 20/12/2014.
- BRASIL. **Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850(a)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm>. Acesso em: 20/12/2014.
- BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850(b)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 05/11/2014.
- BRASIL. **Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: 23/12/2014.
- BRASIL. **Lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-publicacaooriginal-53780-pl.html>>. Acesso em: 23/12/2014.
- BRASIL. **Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm>. Acesso em: 24/12/2014.
- BRASIL. **Decreto nº 18.811 de 6 de junho de 1945**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-18811-6-junho-1945-470887-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30/10/2015.

CARDOSO, Ruth C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no estado de São Paulo**. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel J.; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um "território da espera" no caminho da emigração para o Brasil. **Hist. Cienc. Saude - Manguinhos** [online]. 2014, vol.21, n.1, pp. 195-217. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100195&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20/12/2014.

DEZEM, Rogério. **Shindô-Renmei: terrorismo e repressão**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. (Inventário Deops, 3).

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. Em: DURKHEIM, E. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2006, pp. 183-203. (Coleção grandes cientistas sociais, 1).

ENNES, Marcelo A. Relações interétnicas: ambiguidades e inacabamento. **Perspectivas**. São Paulo, v. 26, p. 35-55, 2003.

ESPARTERO, Julián; VILLAMÓN, Miguel; GONZÁLES, René. Artes marciais japonesas: práticas corporais representativas de su identidad cultural. **Movimento**, Porto Alegre, v.17, n.3, p.39-55, jul/set de 2011.

HATANAKA, Lúcia E. A "Questão Japonesa". In:_____. **O processo judicial da Shindo-Renmei: um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil**. São Paulo: Fundação Japão, 2002, p. 23-50.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>> e <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-total-periodos-anuais>>. Acesso em: 20/12/2014.

KIYOTANI, Masuji; WAKIASAKA, Katsunori. Educação, cultura, religião. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopéia moderna: 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992, 547-58.

KIYOTANI, M.; YAMASHIRO, J. Do Kasato-Marú até a década de 1920. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopéia moderna: 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 63-135.

KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 56, p.407-430, 2008.

KOIFMAN, Fábio; ODA, Humberto M. A declaração brasileira de guerra ao Japão. SNH (Simpósio Nacional de História), 27, **Anais...** Natal, RN: 2013.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LAZZAROTTI FILHO, Ari *et al.* O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física. **Movimento**. Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 11-29, 2010.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

_____. Um Brasil melhor. **Hist. Cienc. Saude – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.21, n.1, p. 181-94, 2014.

LIBÂNEO, José. C. Prática educativa, pedagogia e didática. In: _____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Magistério 2º Grau. Série Formação do Professor).

LIMA, Carolina, C. R. Proteger para não perder: as medidas da Coroa portuguesa em relação à entrada de estrangeiros no Brasil colonial. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 122, p. 60-7, 2011.

MAEYAMA, Takashi. O antepassado, o imperador e o imigrante. In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. (orgs). Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Edusp, 1973 *apud* SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 199-228.

MARTA, Felipe E. F. **A memória das lutas: as artes marciais orientais e a sua presença na cultura corporal de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 2010.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós: estudo de morfologia social. Em: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, pp. 423-505.

_____. As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.401-24.

MENDES, José S. R. Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravidão e propriedade fundiária no Brasil Império. **Caderno CRH (UFBA)**, v. 22, p. 173-184, 2009.

MIYAGI, Akira; YAMASHIRO, Isamu. **1 século de história em fotos: a comunidade okinawa no Brasil 1908 – 2008: centenário da imigração**. São Paulo: Paulo's, 2004.

MIYAO, Susumu; YAMASHIRO, José. Período em branco na corrente imigratória e os distúrbios na comunidade japonesa. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992, p.247-381.

MONTEIRO, Patrícia F. C. Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea. **Meritum**. Belo Horizonte, v.7, n. 1, p. 355-387, jan./jun. 2012.

NAKADATE, Jouji. O Japão venceu os aliados na Segunda Guerra Mundial? O movimento social “Shindo Renmei” em São Paulo (1945-1949). São Paulo: [s.n.], 1988 *apud* MIYAO, Susumu; YAMASHIRO, José. Período em branco na corrente imigratória e os distúrbios na comunidade japonesa. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992, p.247-381.

NASCIMENTO, M. M. A vontade geral e o princípio da equidade. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 21, p. 146-65, São Paulo, 2012.

NEVES, Walter. **Antropologia ecológica**: um olhar materialista sobre as sociedades humanas. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v.59).

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PETRI, Kátia C. Terras e imigração em São Paulo: política fundiária e trabalho rural. **Histórica** (São Paulo. Impresso), v. 02, p. 01-09, 2005.

_____. “Braços para a lavoura”: a subvenção paulista para imigração (1886-1896). **Revista Cordis**: Revista Eletrônica de História Social da Cidade. (Online) n. 3-4, 2009/2010. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9549/7099>>. Acesso em 24/12/2014.

_____. A Sociedade Promotora de Imigração: a política de subvenção para imigração em São Paulo (1871-1894). **X Encontro Estadual de História: O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 26 a 30 de julho de 2010a.

_____. “Mandem vir seus parentes”: a Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo. **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010b.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção História e Historiografia).

SALOMÃO, Ivan C. O crepúsculo da escravidão e a formação do mercado de trabalho livre no Brasil: as interpretações de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado. **Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, v. 2, p. 204-218, 2009.

SANTOS, I. P. A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência 1886 -1895. **Histórica** (São Paulo. Online), v. 1, p. 25, 2007.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, v. 3, n. 1, 1997, p. 95-131.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 199-228.

SILVA, Ana M. Entre o corpo e as práticas corporais. **Arquivos em movimento**. Rio de Janeiro, v.10, n.1, 2014, p.5-20.

_____. Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional. **Cadernos Cedes**, v.19, n.48, agosto de 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Carmem, L. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: _____ (org.). **Corpo e história**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 109-29. (Coleção educação contemporânea).

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopéia moderna: 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992.

VIEIRA, Francisca. O japonês na frente da expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília. São Paulo, Pioneira, EDUSP, 1973 *apud* DEZEM, Rogério. **Shindô-Renmei: terrorismo e repressão**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. (Inventário Deops, 3).

FONTES

Fontes de jornais:

A JUVENTUDE JAPONESA... A juventude japonesa e os peixes-voadores. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 12, 23 de março de 1950.

ATIVIDADES TENISTICAS. Atividades tenisticas. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 11, 5 de agosto de 1950.

BAILADOS JAPONESSES... Bailados japoneses no municipal. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 8, 18 de setembro de 1949.

CAMPEONATO DE BASEBOL. Campeonato de Basebol. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 10, 22 de março de 1950.

CHEGAM AMANHÃ... Chegam amanhã os nadadores japoneses. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 10, 3 de março de 1950.

CHEGARAM OS NADADORES... Chegaram os nadadores japoneses. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 14, 5 de março de 1950.

CONFIRMADA A VINDA... Confirmada a vinda dos nadadores japoneses. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 10, 1 de março de 1950.

DO RIO. Do Rio. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 10, 25 de fevereiro de 1950.

ESTÁDIO DE BEISEBOL... Estádio de beisebol integra comemorações. *Bem Paraná*, Curitiba, 9 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/57843/estadio-de-beisebol-integra-comemoracoes>>. Acesso em 29/10/2015.

EXIBIÇÕES... Exibições de Willy Jordan no Japão. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 10, 3 de junho de 1949.

FAZ EXIGÊNCIAS... Faz exigências o Guanabara para ceder sua piscina. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 10, 15 de março de 1950.

GRANDE COMPETIÇÃO... Grande competição internacional de atletismo será realizada dia 1o de novembro em São Paulo. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 10, 19 de outubro de 1947.

JAPONESES VS. NOVOS. Japoneses vs. novos. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 7, 12 de outubro de 1950.

NADADORES JAPONESES. Nadadores japoneses. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 11, 9 de outubro de 1949.

NO TIETÊ... No Tietê a disputa do torneio Inter-Colonial de atletismo. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 8, 20 de setembro de 1947.

NOVOS VS. JAPONESES. Novos vs. japoneses. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 11, 13 de setembro de 1950.

O INTERIOR EM REVISTA. O interior em revista. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 6, 27 de maio de 1950.

PREPARA-SE MARILIA... Prapara-se Marília para receber os azes da aquatica japonesa. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 8, 21 de fevereiro de 1950.

SÃO PAULO RECEBE... São Paulo recebe hoje os nadadores japoneses. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 10, 4 de março de 1950.

TRABALHA-SE EM SÃO PAULO... Trabalha-se em São Paulo para a maior difusão do base-ball. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 8, 16 de fevereiro de 1947.

VAI AO JAPÃO... Vai ao Japão o diretor do DEESP. *Jornal de Notícias*, São Paulo, p. 9, 7 de outubro de 1950.

Literatura

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Martin Claret, 2001.